

tempo e presença

Publicação do CEDI • Número 233 • Agosto de 1988 • Cz\$ 120,00



PIERRE
BARDEAU, 88

VINTE ANOS DE 68
Realidade e utopia

tempo e presença

Revista Mensal
do CEDI

Agosto 88

CEDI Centro Ecumênico de
Documentação e Informação

Rua Cosme Velho, 98, fundos
22241 — Rio de Janeiro — RJ
Telefone: (021) 37892 CIED BR

Conselho Editorial

Carlos Rodrigues Brandão
Heloisa de Souza Martins
José Oscar Beozzo
Márcio Santilli
Milton Schwantes
Paulo Schilling
Regina Hara
Regina Reyes Novaes
Rubem Alves

Editor

Jether Pereira Ramalho

Editor Assistente

Marco Antônio Piva
Reg. Prof. n.º 12.911

Secretário de Redação e

Editor de Arte
Flávio Irala

Revisão

Rosana de Lima Soares

Diagramação e

Secretaria Gráfica
Marta Cerqueira Leite Guerra

Capa

Pierre Bardeau

Fotolito, Impressão e

Acabamento
Gráfica Pirâmide

Os artigos assinados não traduzem
necessariamente a opinião da revista.

Preço do exemplar avulso:

Cz\$ 120,00

Assinatura anual

Cz\$ 1.000,00

Assinatura de apoio

Cz\$ 1.500,00

Cartas

O motivo desta é expressar nosso desejo de assinar *Tempo e Presença*. Pessoalmente, não a conhecia. Foi através de uma reportagem sobre o negro que surgiu a vontade de assiná-la, ainda mais que pertença a uma comunidade religiosa (irmãos maristas). Aquele número sobre o negro foi muito aproveitado. Fiz cópias das partes mais importantes e trabalhamos os textos em salas de aula. Os alunos se enriqueceram muito com a leitura.

Quero externar meus cumprimentos pelos bons artigos e o alto nível que *Tempo e Presença* atingiu e destacar, de modo especial, o caráter ecumênico do trabalho de vocês.
Ir. Verno Weiss
Campo Grande, MS

Esta é a primeira vez que me dirijo ao CEDI, depois de tanto ter apreciado a vossa revista *Tempo e Presença*. Sou um jovem de 18 anos, moro na cidade de Beira, a segunda maior de Moçambique, faço o curso pré-universitário e sou membro da Igreja de Cristo, que tem grande intimidade com a Igreja Presbiteriana moçambicana.

Como monitor da escola dominical, tenho promovido cursos bíblicos para a comunidade juvenil. É meu desejo, de agora em diante, receber vossa revista, pois isso irá ajudar-me na vida diária.

Ao terminar, formulo votos no sentido de que alcancemos mais vitórias na difusão da Palavra de Deus por todo o mundo.

Fernando Luis Gore Chenene
Beira, Moçambique

Venho por meio desta agradecer o apoio que vocês tem me dado através da revista *Tempo e Presença*, um valioso instrumento de luta pela nova sociedade. As edições que recebi têm sido importantes para o conhecimento da realidade em que vive o povo oprimido.

João de Deus Souza
Morrinhos, GO

Estou fazendo a divulgação da revista *Tempo e Presença* através de contatos pessoais. Advogados e políticos, por enquanto. Daqueles que procurei até agora, poucos (apenas dois) aceitaram assinar. Os demais se desculparam de várias formas, mas sei muito bem quem ler uma, duas, três vezes, vai sentir o sabor, apelo e vontade de continuar lendo e mesmo fazer algo conosco. Estas dificuldades tornam devagar também a venda de boletins, mas acredito que vamos conseguir até o final do ano espalhar uma boa sementeira ecumênica por aqui.

Ailton José Pedro

São João da Boa Vista, SP

Parabenizamos a boa publicação *Tempo e Presença* e esperamos poder contar sempre com esse bom instrumento de reflexão e trabalho. Rezemos para que a equipe coordenadora se empenhe cada vez mais, e alcance o profundo objetivo do ecumenismo, a unificação das religiões.

Mônica Monteiro Miranda
Liga Católica Jesus, Maria e José
Campos, RJ

O CEDI está de parabéns pelo trabalho de documentação para a organização dos trabalhadores. A revista *Tempo e Presença* é uma prova deste trabalho. Agradecemos o apoio, certos de que continuaremos unidos na construção de uma sociedade justa.

Maria Lina Julião

Federação de Bairros da Região Metropolitana do Recife
Recife, PE

Os materiais que recebo de vocês são de grande ajuda para a reflexão da minha caminhada. Faço um trabalho com os agricultores sem terra na luta por um sindicato justo. Luto por uma política mais humana e por uma Igreja onde os pobres tenham vez e voz. Estou fazendo também um trabalho na periferia da cidade. É uma luta lenta, mas é gostosa essa caminhada. Nossas comunidades são muito carentes, mas são fortes. Já conseguimos duas áreas de terra depois de conflitos pesados. Vencemos, com a força de Deus e dos trabalhadores.

Maria do Livramento Olivério
Camocim, CE

PUBLICAÇÕES DO CEDI

PASTORAL PROTESTANTE

Evangelização no Brasil de hoje.....	Cz\$ 650,00
A experiência da fé.....	Cz\$ 884,00
Pão, vinho e amizade.....	Cz\$ 1.482,00
De dentro do furacão.....	Cz\$ 1.248,00
Missão e evangelização.....	Cz\$ 572,00

MOVIMENTO OPERÁRIO

História dos metalúrgicos de S. Caetano.....	Cz\$ 1.092,00
Trabalhadores urbanos 82/84.....	Cz\$ 2.080,00
CUT nas campanhas salariais.....	Cz\$ 200,00
Revista Apoio - Os trabalhadores na indústria bélica.....	Cz\$ 200,00

CADERNOS DO CEDI

Nº 8 — Igreja/Desenvolvimento/Participação Popular.....	Cz\$ 546,00
Nº 12 — VI Assembléia do CMI.....	Cz\$ 1.040,00
Nº 13 — Alfabetização e primeiras contas.....	Cz\$ 728,00
Nº 14 — Canavieiros em greve.....	Cz\$ 728,00
Nº 15 — O caminho da escola.....	Cz\$ 728,00
Nº 16 — Periferia — desafio à unidade.....	Cz\$ 728,00
Nº 17 — Unidade e Prática da Fé.....	Cz\$ 780,00
Nº 18 — Onze de abril: o dia da audácia.....	Cz\$ 780,00

Imprensa alternativa: alcance e limites

Contraditoriamente dependente da imprensa burguesa, a imprensa alternativa dos anos 60 e 70 buscou sempre o ideal de uma ampla unidade de oposição à ditadura. Não chegou a tanto, mas ajudou a mudar o Brasil.

Perseu Abramo



É difícil caracterizar com precisão o papel da imprensa alternativa dos anos 60. Uma das questões polêmicas a respeito — e que muitas vezes provocava discussão na época — era exatamente o sentido preciso da expressão “alternativa” quando aplicado à imprensa política que se fazia ou se tentava fazer.

No sentido estrito do termo, essa imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, a chamada “grande imprensa” ou imprensa burguesa. Não foi alternativa no sentido de oferecer ao público uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o *Jornal do Brasil* para ler *Opinião*, ou trocar *O Estado de S. Paulo* por *Movimento*. E não apenas pelo fato da imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão* etc.

A razão fundamental parece residir, em primeiro lugar, no fato óbvio de que os pequenos semanários ou mensários políticos nunca tiveram a menor possibilidade concreta de reunir recursos financeiros, materiais e humanos capazes de enfrentar a máquina poderosa da “grande imprensa”, e que vai se tornando cada vez mais poderosa justamente a partir da implantação da ditadura em 1964 e da modernização do Estado burguês no Brasil.

Dependência contraditória

Mas isso, evidentemente, não explica tudo. Outra pista para entender o caráter real da imprensa chamada alternativa é o de que, na verdade, tratava-se muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. É como se, na era da ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado, sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. Mas a contracultura só passa a ter existência real enquanto imagem invertida no espelho da cultura existente. Só existe contraponto quando existe o “ponto”. A imprensa alternativa era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande, isto é, aquela que, de uma forma ou de outra, havia contribuído para a eclosão do golpe de 64 e, constringidamente ou não, era simultaneamente sustentáculo e beneficiária da ditadura.

Dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era pre-



ciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro.

Essa necessidade era colocada — provavelmente de forma inconsciente, ou pelo menos não claramente perceptível — para os próprios jornalistas que faziam a imprensa alternativa. A maior fonte de dados e informações da imprensa alternativa era a “grande imprensa” (às vezes, estrangeira). Os jornalistas da imprensa alternativa tinham, por óbvias razões políticas, poucos e difíceis acessos aos chamados meandros do Poder, ao aparelho do Estado, ao interior das empresas, à intimidade dos principais grupos econômicos. É certo que uma ou outra vez “vazava” uma informação, uma dica, uma sugestão, trazida aqui para fora a partir de um político liberal com algum conhecimento do reinado tecnoburocrático que constituía a seiva da ditadura militar. Aí, a imprensa alternativa deitava e rolava. Mas eram raros esses casos.

A matéria-prima

O mais comum, o mais corriqueiro, é que a pauta da imprensa alternativa era calçada nas notícias da “grande imprensa”. O que se esforçava por ser alternativo era o ângulo da abordagem da matéria, os informantes ouvidos em “off”, a orientação oposicionista da análise e da interpretação, e, naturalmente, o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado, que se refletia nos títulos, nas fotos, nas charges e nos editoriais. Mas, a base, a matéria-prima dos textos jornalísticos era, na maior parte dos casos, constituída pelas informações veiculadas pela própria imprensa burguesa que se pretendia combater com uma imprensa alternativa. E isso, inevitavelmente, comprometia a qualidade, o nível, o alcance de boa parte do material da imprensa alternativa.

Essa situação vai se alterar um pouco na fase final da ditadura, nos últimos anos da década de 70, muito mais em função das mudanças operadas no movimen-

to social concreto do que propriamente no âmbito da imprensa alternativa. É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas comunidades eclesiais de base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí, então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por lideranças que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa.

Os leitores

Mas não eram os jornalistas, apenas, que dependiam contraditoriamente da imprensa burguesa para fazer a sua imprensa alternativa a ela. De certa forma, os leitores também.

Quem foram, de modo geral, os leitores das numerosas publicações alternativas que nasceram, floresceram e pereceram, a partir do início dos anos 60? Certamente não a grande massa. Dessa, como se sabe, infelizmente a grande maioria não tinha e continua não tendo os meios materiais e culturais, o tempo, a paciência, a disposição e o hábito de ler coisas impressas, entre as quais os jornais e as revistas.

Dos que lêem, a grande maioria lê jornais diários da “grande imprensa”, principalmente os de cunho mais popular — e populista — e sensacionalista. O que sobra? Sobram as minguadas camadas mais esclarecidas e politizadas da grande massa, a chamada aristocracia operária dos grandes centros industriais, setores médios não alienados, os políticos, os ativistas sindicais, os quadros intermediários e centrais, os dirigentes e militantes das organizações políticas revolucionárias. Um público bastante diversificado na sua heterogeneidade, mas exíguo em número.

E mesmo esse público politizado e restrito, leitor virtual ou efetivo da imprensa alternativa, não podia dispensar a “grande imprensa”, a imprensa burguesa. Era ali que ele se informava, era ali que ele lia as explicações tecnocráticas, era ali que ele encontrava as versões oficiais e, de maneira mais ou menos acrítica, sofria a demolidora influência da doutrinação ideológica burguesa. Depois, ele ia conferir na imprensa alternativa. Recebia o contraponto, a contracultura, a versão da oposição.

A meta da unidade ampla

A eficácia ou não desse duplo movimento de opinião de “esquerda” versus opinião de “direita” dependia em parte da capacidade do próprio leitor, em parte da qualidade das matérias dos jornais

alternativos, em parte da correção da análise de conjuntura e do acerto das propostas políticas que eram elaborados pela oposição.

Nem sempre essa eficácia foi grande. Na maior parte dos casos, a imprensa alternativa se debatia entre dois extremos: apresentar — aí sim — uma alternativa radical à ditadura, e com isso correr o risco do sectarismo, do isolamento, da voz no vazio sem eco; ou recuar para um mínimo denominador comum dos diversos setores sociais, para tentar “costurar” uma frente ampla de oposição democrata e liberal, e, com isso, não oferecer alternativas reais à ditadura. De certo modo, toda a imprensa alternativa do período oscilou pendularmente entre esses dois extremos, aproximando-se ora mais de um, ora mais de outro.

A meta idealizada pela imprensa alternativa de uma oposição “comum” — e, portanto, o menos diferenciada possível — contra a ditadura tinha a sua contrapartida no desenvolvimento da própria realidade política e partidária do período. O MDB ia tentando ser aquilo que a imprensa alternativa também procurava ser: a oposição, ampla par ser unida, mas, para ser ampla, indiferenciada. Talvez não seja por acaso que no final da década de 60 e em quase toda a década de 70, mais se tenha falado, no Brasil, em *sociedade civil*, concebida esta como a “Nação” contra o Estado, ou, como aparecia maniqueístamente em muitas cabeças de então, o Bem contra o Mal, ou, ainda, como frequentemente era reinterpretado por setores de extração mais popular e menos culta, da sociedade dos paisanos, dos civis contra os militares.

Ora, mas a ditadura que foi implantada em 64 e perdurou até meados da atual década é a ditadura da burguesia, só que operando com mãos militares. E, embora sejam negáveis as diferenciações grupais e até pessoais dentro da burguesia (um senador liberal é diferente de um general fascista), a verdade é que a idéia, constantemente elaborada e reelaborada, de uma ampla frente democrática de oposição à ditadura acaba, na prática, deixando de lado e de fora a classe trabalhadora e as reais alternativas ideológicas e políticas ao sistema capitalista e ao regime autoritário que ele produziu nesse período da história do Brasil.

Pobre, frágil, improvisada, ousada, heróica, a imprensa alternativa não conseguiu nunca chegar a essa meta. Mas negativamente foi uma das forças que abalaram a ditadura e abriram perspectivas de mudanças democráticas que ainda estão por se realizar.

Perseu Abramo é jornalista e membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Vinte anos de uma proposta de educação comprometida com os interesses populares. Falar sobre Paulo Freire, sobre suas idéias e sobre seu trabalho sempre nos parece repetitivo tanto são os trabalhos sobre a sua pessoa e sua obra. Para se ter uma idéia da importância do educador, em 1987, o norte-americano Donaldo Macedo levantou aproximadamente 6 mil títulos, entre livros e artigos, sobre ele, somente em língua inglesa.

O que falar sobre Paulo Freire então? Carlos Rodrigues Brandão em uma entrevista para a revista *Educação em Revista* afirmou que "Paulo Freire passou a vida inteira dizendo três coisas, mas ele conseguiu dizer de uma tal maneira que, de repente você lê e diz: Puxa, aqui está alguém que disse alguma coisa diferente!". Talvez por aí seja possível uma contribuição: a diferença que fez as idéias de Paulo Freire serem veiculadas mundialmente, fazendo dele, talvez, o educador brasileiro de maior importância da atualidade.

Pedagogia do Oprimido foi uma marca no pensamento pedagógico, inclusive até para o próprio Paulo Freire. Nele, suas idéias ganharam radicalidade em uma reflexão que já vinha se desenvolvendo desde os seus primeiros escritos a partir de *Educação e Atualidade Brasileira*. O mais importante, no entanto, é que a radicalidade dos seus escritos, das suas idéias, foi adquirida a partir de uma prática política e pedagógica de alguém preocupado com o seu tempo e compromissado com os interesses populares.

Importância do diálogo

Paulo Freire estava no exílio quando escreveu *Pedagogia do Oprimido*. Estava impedido de trabalhar no Brasil depois de ter sido alçado ao Ministério da Educação para coordenar uma campanha nacional de alfabetização de adultos, que foi desmontada pelo golpe de 1964. Junto com outros exilados, refletia sobre a realidade brasileira e sobre a sua experiência pré-64 enquanto desenvolvia experiências educativas no Chile. Suas idéias eram as mesmas: a importância de ver todo o processo educativo como um processo político, e, conseqüentemente, uma prática que não é neutra; a importância do diálogo como essência do processo educativo; o sentido educativo que há para todos aqueles envolvidos em uma prática pedagógica, sejam educadores ou educandos.

Pedagogia do oprimido

A radicalidade do pensamento de Paulo Freire nasce de uma prática pedagógica comprometida com os interesses populares. Há duas décadas, *Pedagogia do oprimido* orienta educadores e educandos no processo permanente de conscientização e ação política.

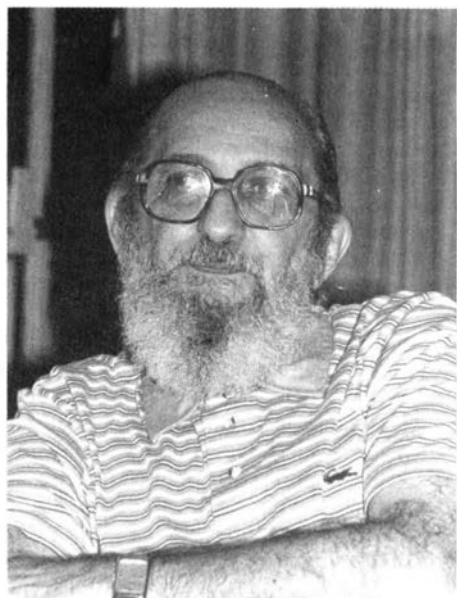
Sérgio Haddad

Pedagogia do Oprimido é produto, entre outras coisas, destas três idéias na prática do educador Paulo Freire. É uma ampliação de suas concepções; é a resposta do educador aprendiz que, olhando o passado, revê seus erros e acertos e remete para o futuro uma nova proposta educacional. Paulo Freire aprendeu com o Brasil e procurou fazer desta prática, sabedoria. Procurou ver como se realizou o político na sua ação de educador e fez isto através do diálogo que exerceu durante toda a vida e que neste momento histórico se concretizou com os parceiros que tiveram a mesma trajetória dos que foram obrigados a abandonar o país. Em seu livro, agradeceu as críticas e sugestões de Almino Afonso, Paulo de Tarso Santos, Ernani Maria Fiori, Plínio de Arruda Sampaio, José Luiz Fiori, Wilson Cantoni, entre outros.

As idéias de Paulo Freire vão ganhando radicalidade alimentadas pelos quadros de referência da literatura marxista tão presentes em *Pedagogia do Oprimido* e que foram incorporados ao seu pensamento. Para se ter uma idéia, neste livro, a bibliografia passou a incorporar Hegel, Marx, Engels, Lênin, Fromm, Sartre, Marcuse, Fanon, Memmi, Lukács, Debray, Freyer, Kosik, Goldmann e Althusser, além de Mao-Tsé-Tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Torres.

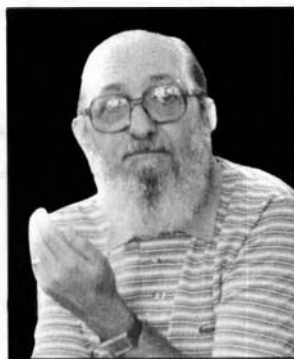
Missão histórica

Paulo Freire permanece acreditando no diálogo. Porém, agora, na sua condi-



Paulo Freire: acreditando no diálogo.

ção de cristão revolucionário, entende a impossibilidade do diálogo entre contrários e aposta na missão histórica dos oprimidos de se libertarem libertando os opressores. "Ninguém liberta ninguém — ninguém se liberta sozinho — os homens se libertam em comunhão". Isto se daria na medida em que uma vez assumida pelos oprimidos sua consciência de explorado, suas reivindicações trariam a radicalidade de posições entre estes e seus exploradores. Assim, o papel central no processo de libertação seria dos oprimidos e não mais, como explicitou



e Althusser, além de Mao-Tsé-Tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Torres.

Missão histórica

Paulo Freire permanece acreditando no diálogo. Porém, agora, na sua condição de cristão revolucionário, entende a impossibilidade do diálogo entre contrários e aposta na missão histórica dos oprimidos de se libertarem libertando os opressores. “Ninguém liberta ninguém — ninguém se liberta sozinho — os homens se libertam em comunhão”. Isto se daria na medida em que uma vez assumida pelos oprimidos sua consciência de explorado, suas reivindicações trariam a radicalidade de posições entre estes e seus exploradores. Assim, o papel central no processo de libertação seria dos oprimidos e não mais, como explicitou em *Educação como Prática da Liberdade*, das elites comprometidas em diálogo com o povo.

Paulo Freire permanece acreditando no papel político do educador mas a sua utopia de sociedade não está mais referenciada na construção do capitalismo industrial moderno e sim no socialismo. Este papel político do educador, no entanto, não deveria se dar por sobre as posições dos educandos. Neste sentido, Paulo Freire nunca abandonou as suas idéias de respeito ao outro, de respeito aos modos de pensar do povo e à sua cultura. Recusava qualquer tipo de imposição de conhecimentos, de manipulação, de “invasão cultural”.

Práxis permanente

Ao mesmo tempo, não desconhecia a importância das vanguardas e de uma teoria revolucionária de transformação social. Paulo Freire propunha uma ação orientada para o que chamou de “síntese cultural”. “A solução está na síntese. Por um lado, incorporar-se ao povo na aspiração reivindicativa. Por outro, problematizar o significado da própria reivindicação.” Assim, diz Paulo Freire, ao

realizar tal ação, estará problematizando a situação histórica, real, concreta, que, como totalidade, tem uma de suas dimensões nesta reivindicação.

Por fim, Paulo Freire continua acreditando no permanente aprendizado do educador que se realiza através do ato educativo, mas acrescenta que este ato não pode ser dissociado de uma prática, elemento essencial do processo de conscientização. “A prática é fonte de conhecimento... a prática é indispensável ao ato de conhecer.” Isto vale tanto para o educador como para o educando. Já não fala mais de uma conscientização

através de um processo educativo e posteriormente uma ação política fruto desta conscientização. Agora a práxis passa a ser incorporada como um elemento permanente do educativo.

Durante toda a década de 70, as idéias de *Pedagogia do Oprimido* serviram como fonte de incentivo para quem trabalhava em educação no Brasil. Aos que permaneceram nos sistemas oficiais de ensino, premidos pela vigilância e controle, puderam, nos limites da sala de aula, através do seu trabalho silencioso, vivenciar estas novas idéias. Aos que se dedicaram ao trabalho educativo fora da escola, com grupos populares, *Pedagogia do Oprimido* foi uma das matrizes mais importantes da chamada educação popular, educação esta que serviu ao trabalho de resistência, organização e conscientização.

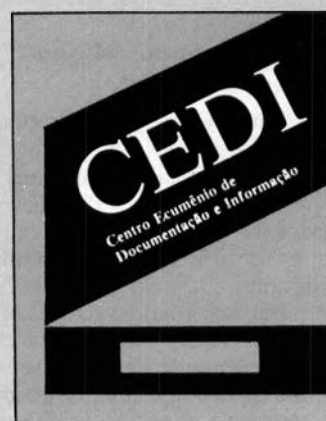
Pedagogia do Oprimido é um marco no pensamento educacional, é um marco no pensamento de Paulo Freire. Hoje, vinte anos depois, ainda vivemos sob seus fluidos.

Sérgio Haddad é coordenador do Programa “Educação e Escolarização Popular” do CEDI.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Série Documentos

Alfabetização de adultos: ainda um desafio, de Regina Hara, inaugura a série *Documentos*. O texto é fruto da experiência que o Programa *Educação e Escolarização Popular* do CEDI vem acumulando, através de assessoria e pesquisa. Relata a experiência da autora no acompanhamento de uma classe de alfabetização de adultos, durante dois anos, a partir da incorporação das concepções de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, à prática baseada nas idéias de Paulo Freire.



Cz\$ 500,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

O ano de 1968 acabou marcando a história recente e fazendo tremer o Ocidente com uma simultaneidade de movimentos sociais e políticos em vários países do globo. Foi um período de grandes manifestações públicas pela conquista de um espaço político constituído por novas reivindicações e novas necessidades. A demolição dos preconceitos e tabus e a libertação do homem para uma relação mais saudável com a vida e o sexo, objetivavam uma transformação radical e libertadora das sociedades ocidentais. Seus principais protagonistas não foram o proletariado, embora suas reivindicações e lutas em muitos momentos tenham se articulado com as lutas operárias. Os atores de 68 foram jovens estudantes imbuídos de uma espetacular vontade de transformar o mundo, os valores e costumes da sociedade de consumo, conservadora e castradora, que impedia — e ainda impede — que a flor da juventude se abra para soltar o pólen e fazer nascer o novo em sua plenitude.

É certo que a própria realidade política, que tinha lugar naquele momento histórico, muito contribuiu para que a luta reivindicatória estudantil em defesa da universidade e pela revolução dos costumes se combinasse com a luta política mais ampla e direta. Nos Estados Unidos, consistia na contestação da guerra no Vietnã e na recusa espontânea dos jovens ao recrutamento militar, além do assassinato do líder negro Martin Luther King, em abril daquele ano. Na França, o alvo central era o Estado autoritário de De Gaulle, e, no Brasil, a luta contra a ditadura militar.

É certo também que os movimentos ocorridos naquele período refletiam a crise de confiança na sociedade moderna, com o esgotamento do ciclo expansivo que o capitalismo experimentou com a ordem econômica erguida no pós-guerra, sob a égide e hegemonia dos Estados Unidos. Consequentemente, isto significava o fim do crescimento do bem-estar social e dos tempos de fartura proporcionado pelo Plano Marshall na Europa, com a reconstrução dos países destruídos pela guerra. Por outro lado, muitos daqueles movimentos, em maior ou menor grau, sofreram influências da vitória e defesa da revolução cubana e os ideais do homem "Che" Guevara, morto na guerrilha boliviana em 1967; da Revolução Cultural Chinesa que atingia seu auge naquele ano e ainda, do aborto da "Primavera de Praga", com a invasão soviética na Tchecoslováquia, em agos-

Crise e utopia

O esgotamento do modelo desenvolvimentista, em 1962, coincidiu com a radicalização política das massas urbanas. O golpe militar, dois anos depois, colocou em confronto as aspirações da sociedade brasileira e a crescente concentração de riquezas.

Luiz Francisco Silva

to de 68, que inviabilizou as reformas econômicas e democráticas propostas pela direção socialista daquele país.

Particularmente no Brasil, dentre os fatos que antecederam e contribuíram para esclarecer os movimentos de 68, destaca-se a crise econômica e política que se inicia em 1962 e que deu margem à trágica experiência do golpe militar em abril de 1964.

1962/67: tempos de crise

No período de 1962/67, a economia brasileira que havia experimentado um crescimento invejável a todas as economias do mundo nos anos 56/61 — conhecido como os "cinquenta anos em cinco" do governo Kubitschek — experimentava a mais prolongada crise da sua histó-

ria recente. A inflação que atingia níveis alarmantes para a época (acima de 50% ao ano, de 61 em diante) tornou-se o principal alvo da política econômica. Ao mesmo tempo em que a inflação impunha perdas no poder aquisitivo dos assalariados e a economia iniciava um processo de desaceleração do nível de suas atividades, observava-se a radicalização política das massas urbanas contra o arrocho salarial, o desemprego e os programas de ajuste recessivo do FMI. O acirramento das lutas nas cidades era ainda mais potencializado pela radicalização das lutas no campo em defesa da reforma agrária.

Em meio e no auge da crise a burguesia termina por superar o impasse do pacto populista que predominou durante to-



Osasco (SP): a polícia invade a fábrica ocupada pelos trabalhadores

do o período anterior, encontrando a solução para os conflitos que enfrentava a sociedade brasileira da forma mais trágica: o golpe militar.

A política econômica ortodoxa implementada no pós-64, sob orientação de Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões, se direcionou fundamentalmente para a contenção do processo inflacionário, através do corte do déficit público e violento arrocho salarial, levando a crise às últimas conseqüências e acelerando o processo de concentração do capital e da renda na economia do país.

A taxa de crescimento do produto industrial, que alcançou a média de 11% no período de 56/61, no quinquênio seguinte (62/67) declinou para uma média de 2,6% anual; enquanto o PIB que experimentou uma expansão de 48,6% em 56/61, no quinquênio 62/67 caiu a 18,3%.

No campo esta crise se refletia no acirramento dos conflitos provocados pela crescente subordinação das atividades agrícolas ao capital urbano industrial. No período de 1965/76, aproximadamente 18 milhões de trabalhadores rurais se dirigiram às grandes cidades, expulsos de suas terras pelo grande latifúndio. O processo de concentração fundiária e intensificação do assalariamento do trabalho no campo, provocados pela penetração do capitalismo neste setor, ao modificar as relações técnicas de produção na agricultura com a intensificação do uso de máquinas, implementos e insumos agrícolas de origem industrial permitiu, no entanto, aumentar a lucratividade e viabilizar de forma mais satisfatória as atividades industriais das empresas transnacionais que controlam a produção desses produtos.

Mecanismos de controle

A inflação que atingiu seu auge em 1964 ao alcançar o patamar de 90%, começou a regredir para se estabilizar ao redor de 20 a 25% a partir de 1967. Embora não tenha sido eliminada, ela passou a ser controlada e institucionalizada mediante os mecanismos criados com a correção monetária. A reforma financeira implementada no período e a criação da correção monetária, se por um lado neutralizava os efeitos da inflação sobre a poupança da classe média e dos investidores privados, potencializando o processo de concentração de renda, por outro criava mecanismos de financiamento ou "subsídios" aos consumidores de bens de consumo duráveis, produzidos, também, fundamentalmente pelas empresas transnacionais.

Em síntese, a crise econômica e política que se inicia em 1962 é uma crise que

tem suas bases na enorme concentração do capital e na crescente oligopolização da economia brasileira — principalmente os setores dominados pelo capital estrangeiro e empresas transnacionais produtoras de bens de consumo duráveis. Nesse sentido, essa crise que se verifica num momento em que se redefinia não só as relações entre diversas frações do capital como a própria inserção do país no sistema capitalista internacional, exprimia o agravamento dos antagonismos entre diferentes estratégias ou opções políticas de desenvolvimento.

A forma com que o governo militar resolveu esses conflitos consistiu em privilegiar e aprofundar o "modelo de desenvolvimento" ou padrão de acumulação, instaurado no governo Juscelino Ku-

mo tempo, criar um mercado extremamente seletivo em nível internacional e viabilizar as atividades dos oligopólios transnacionais. Nisso consiste algumas características do subdesenvolvimento que o governo militar sancionou, ao mesmo tempo em que criava as bases para o crescimento econômico verificado no quinquênio seguinte (68/73), período que foi chamado de "milagre brasileiro". Ao final desse período, no entanto, o Brasil já se apresentava como o maior devedor do Terceiro Mundo, acumulando uma dívida externa de 14,9 bilhões de dólares.

Na verdade, a opção por este tipo de desenvolvimento naquele momento da história do país, em grande medida, somente foi possível com o golpe militar e a violenta repressão aos movimentos ope-



1972: Delfim Neto discursa aos empresários paulistas.

bitschek, e que tem suas bases na lógica das empresas transnacionais — sobretudo a indústria automobilística e de eletrodomésticos. Isso, no entanto, implicou no aprofundamento das contradições existentes tanto na estrutura social pré-existente, como da concentração de renda que dela decorria.

Desta forma, não se altera o padrão de acumulação instaurado no governo Kubitschek. Pelo contrário, será naquele período (62/67), através do severo arrocho salarial, concentração de capital e da renda dela derivada, que se criaram as condições para que aquele padrão de acumulação assumisse sua forma mais acabada. O processo de concentração de renda, ao colocar a industrialização em benefício de uma pequena minoria — num país como o nosso de população bastante numerosa —, permitiu, ao mes-

mo tempo, criar um mercado extremamente seletivo em nível internacional e viabilizar as atividades dos oligopólios transnacionais. Nisso consiste algumas características do subdesenvolvimento que o governo militar sancionou, ao mesmo tempo em que criava as bases para o crescimento econômico verificado no quinquênio seguinte (68/73), período que foi chamado de "milagre brasileiro". Ao final desse período, no entanto, o Brasil já se apresentava como o maior devedor do Terceiro Mundo, acumulando uma dívida externa de 14,9 bilhões de dólares.

Influenciados pelos aspectos culturais dos movimentos nos Estados Unidos e Europa, também no Brasil o ano de 1968 foi marcado por grandes manifestações estudantis, no mesmo momento em que o movimento operário se lançava às ações mais combativas com as greves de Contagem (MG), da Cobrasma em Osasco (SP) e tantas outras.

Mas o desfecho final viria com a prisão de 739 estudantes universitários no 30º Congresso da UNE, que se realizava clandestinamente no município de Ibiúna a 12 de outubro, e ainda, com a leitura na noite de 13 de dezembro daquele ano do AI-5. Derrotados pelo golpe dentro do golpe, muitos líderes estudantis saíram exilados do país, enquanto outros, até mesmo por falta de alternativa, caíam

na clandestinidade, indo somar-se à luta armada. A década de 60 encerrava, então, com um dos governos militares mais repressivos que a memória dos brasileiros registra.

A utopia de 1968

Na Europa, no Brasil, como em outros países do mundo, muitos denunciaram e ainda denunciam que os movimentos de 68 se constituíram em movimentos de pequenos-burgueses, anárquicos e decadentes. No entanto, embora a indústria cultural burguesa tirasse proveito daqueles movimentos e os direcionassem para canais inofensivos à sua ordem, a revolta estudantil se constituiu numa crítica apaixonada ao Estado e à sociedade de consumo capitalista, através da negação e protesto apa-

gia os grandes lucros das empresas transnacionais em detrimento da melhoria das condições de vida da nossa população. Nisso consiste os recentes acordos com o FMI e a crescente internacionalização implementada através da conversão da dívida externa em capital produtivo, política industrial recentemente apresentada e ZPEs (Zonas de Processamento de Exportações). Aqui cabe lembrar que a primeira experiência similar à ZPE em nosso país — a Zona Franca de Manaus — teve sua implementação no auge da ditadura militar, em 1967.

A atualidade dos ideais de 68 fica evidente quando olhamos para o mundo e vemos a ausência de perspectivas dos jovens na Europa diante do desemprego, a repressão aos negros e seus líderes na Afri-



ixonado dos valores imperantes no Ocidente. Nesse sentido, aquela revolta estudantil foi, antes de tudo, um movimento libertário.

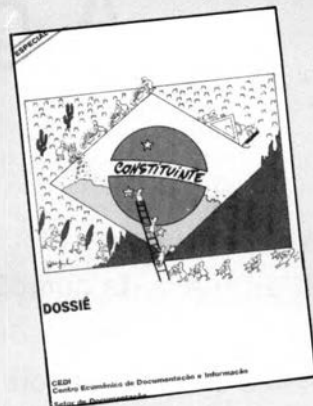
Na verdade, 1968 foi um tempo de aspirações por uma sociedade mais justa e fraterna e nisso consistiu a sua utopia. Porém, uma utopia que ainda hoje faz com que muitos dêem a vida e lutem por torná-la realidade.

No Brasil, tanto do ponto de vista econômico como político e em tempos de "Nova República", a opção por uma estratégia conservadora ganha cada vez mais espaço. A solução que vem sendo imposta à sociedade brasileira para os principais problemas enfrentados pouco ou nada difere, em termos gerais, da estratégia adotada pelo regime militar. O governo da "Nova República" se confunde cada vez mais com o regime militar ao adotar uma estratégia de desenvolvimento que privile-

gia os grandes lucros das empresas transnacionais em detrimento da melhoria das condições de vida da nossa população. Mas o maior exemplo talvez consista na guerra disfarçada e não menos violenta que se verifica na América Latina e demais países do Terceiro Mundo, e que é provocada pela continuidade do pagamento dos juros da dívida externa. Milhares de crianças subnutridas morrem diariamente antes de atingir um ano de idade para que os juros dessa dívida sejam pagos revelando aos nossos olhos, da forma mais cabal, que vinte anos depois de 1968 a flor da juventude ainda é impedida de se abrir e o novo está tolhido de nascer plenamente, enquanto o velho se putrefaz.

Luiz Francisco Silva é economista, professor universitário e assessor do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos e Políticos (Desep-CUT).

CONSTITUINTE



DOSSIÊ CONSTITUINTE I

(César Caldeira, editor geral)
212 páginas — Cz\$ 800,00

Documentos e publicações dos movimentos sociais, artigos publicados na imprensa e vinte textos originais. Este dossiê documenta, de maneira abrangente, as reivindicações do povo para a Constituinte.



DOSSIÊ CONSTITUINTE II

(César Caldeira, editor geral)
180 páginas — Cz\$ 1000,00

As graves questões nacionais e as propostas populares. Este trabalho reúne artigos inéditos sobre os principais temas da construção do Estado de Direito Democrático e aprofunda a análise de duas questões fundamentais: a da terra e dos direitos dos trabalhadores.

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDi
Av Higienópolis, 983 — CEP
01238 — São Paulo — SP

A geração do sonho

Apesar de sua curta duração e das reduzidas dimensões sociais que alcançou, o movimento estudantil de 1968 tem um imenso valor simbólico para a cultura política brasileira.

A incorporação de novas características à prática política é o principal resultado de uma geração que ousou sonhar.

Pedro de Moraes



Marijane Vieira Lisboa

As novas características do movimento estudantil de 1968 conformaram uma radicalidade política que rompeu com a tradição conciliadora da esquerda brasileira. A contestação frontal ao governo militar implantado em 1964, era mais do que uma bravata de jovens: era um ato profundamente subversivo, num período em que a oposição bem comportada e a sociedade civil comprometida em maior ou menor grau com a “revolução de 64”, fazia vistas grossas à sucessão de chefetes militares e seus governos regidos por atos discricionários.

Contestar igualmente a miséria econômica e social, a exploração despudorada dos trabalhadores e a ausência de políticas sociais por parte do Estado, também era sustentar um discurso revolucionário, num país feito de acomodações clientelistas, de corrupção desenfreada e de governantes irresponsáveis. Assim como falar do direito de livre manifestação dos cidadãos, num momento em que o lema oficial era “o trabalhador trabalha, o estudante estuda e o governo governa”, tornava-se uma insolência e uma invasão da seara alheia. Em última análise,

se, a “coisa pública” no Brasil fora, desde a República, um assunto quase que privativo dos quartéis.

Em suma, por mais módico que pareça hoje, esse discurso em prol da democracia e justiça social, no Brasil dos anos 60, era o que havia de mais radical.

**“Você que é explorado,
não fique aí parado”**

Suas táticas também não comportavam contemporizações. O movimento estudantil de 68 se fez nas ruas das grandes cidades brasileiras, correndo da polícia, aprendendo a burlá-la e enfrentá-la, angariando o apoio da população, ganhando as manchetes dos jornais e a admiração mal disfarçada dos repórteres. Talvez não houvesse nada mais desprezível do que os apelos moderadores que surgiam volta e meia em suas assembleias, por parte normalmente de lideranças ligadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), acusando-nos de estar subestimando a repressão.

O movimento estudantil de 68 era, de fato, voluntarista e temerário. Acreditava na vontade revolucionária como ra-

zão suficiente para a vitória e abominava a política de contemporizações e acomodamentos que caracterizava a prática da esquerda brasileira desde o fim da ditadura de Getúlio Vargas. É por isso, exatamente, que 68 significou a falência do PCB enquanto partido de vanguarda no Brasil. Uma vitória apressada nos ideários dos grupos políticos que disputavam a liderança do movimento estudantil — a Ação Popular (AP), as diversas dissidências do PCB e as organizações trotskistas — mostra que valiam quaisquer teorias e modelos revolucionários que não fossem aqueles defendidos pela União Soviética (a coexistência pacífica, ou seja, o abandono da revolução nos países capitalistas) e pelos partidos comunistas (que se resumiam a propostas de frentes políticas com setores burgueses democrático-nacionalistas, difíceis de serem localizados naquela conjuntura).

**“Quem sabe faz a hora,
não espera acontecer”**

Esse caráter voluntarista e temerário aparece, igualmente, no papel subordinado que a teoria ocupou. Agia-se e busca-

va-se, depois, as justificativas teóricas para a ação empreendida. E era por isso mesmo que o seu ideário teórico era tão sincrético, inconsistente e mesmo frequentemente, contraditório. Marx, "Che" Guevara, Debray, Lênin, Trótsky e Mao-Tsé-Tung constituíam um panteão de deuses, onde mais valia o papel de heróis revolucionários do que o de teóricos. E também assim eram os líderes do movimento estudantil. Travassos, Vladimir, Dirceu e Brito eram, sobretudo, grandes agitadores.

A diferença de certas pessoas, no entanto, não tenho nada contra esse espontaneísmo. Acredito que 68 apontou, no mundo, mas também no Brasil, a necessidade de elaboração de novos projetos revolucionários, novas teorias e novas interpretações da modernidade, dos quais a década de 70 foi tão fecunda. Entre outros mitos, 68 destruiu o de que a história pode ser um rio habilmente canalizado pelos engenheiros políticos. Ele rompeu os diques, surpreendendo a todos, inclusive seus participantes — lembro-me do pasmo que acometia as lideranças estudantis ao verem a massa compacta reunida na manifestação dos "100 Mil", ou a guerrilha urbana que repentinamente se instalava no centro do Rio).

"A UNE somos nós"

É verdade que o movimento estudantil brasileiro já assumia essas características de movimento radical, voluntarista e espontaneísta há algum tempo, mesmo antes do golpe de 64. A União Nacional de Estudantes (UNE), sob a liderança de Aldo Arantes, Vinicius Caldeira Brandt e José Serra (seus presidentes imediatamente anteriores ao golpe), era o que os jornais de direita chamavam de "covil dos comunistas", onde Julião, Gagarin, "Che" Guevara iam falar, secundados pelo Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE, com suas pecinhas didáticas de inspiração brechtiana.

Essa presença radical do movimento estudantil brasileiro pode ser novamente confirmada, quando se constata a sanha com que a ditadura militar se abateu contra suas organizações, após 64. A UNE, suas uniões estaduais e os diretórios acadêmicos foram postos na ilegalidade, sua sede incendiada, na Praia do Flamengo, e pretendeu-se sufocar completamente a atividade política estudantil através da lei Suplicy de Lacerda, que regulamentava e coibia, ao mesmo tempo, aquela atividade. Tentativa fracassada, aliás, pois já no ano de 66 os alunos elegiam livremente seus diretórios e os congressos da UNE se realizavam a cada ano, para pro-

fundo desgosto das autoridades educacionais e policiais.

"O povo organizado derruba a ditadura"

No entanto, o próprio movimento estudantil não via com bons olhos esse papel de movimento de vanguarda dentro da sociedade brasileira. Quase todas as teorias diziam que eram os operários e camponeses quem deveriam dirigir a revolução. Nas manifestações, era com grandes ovações que saudávamos a presença de alguma liderança sindical ou de movimentos sociais de cunho menos fortemente pequeno-burguês. Mas, infelizmente, a realidade é que éramos a vanguarda. Os estudantes universitários da década de 60, majoritariamente de classe média, haviam produzido uma cultura política que se adiantava em muito àquela do conjunto da população e mesmo àquela dos demais segmentos das classes médias. Esse isolamento do movimento estudantil era perceptível inclusive em nível geracional; não acreditávamos, de fato, em ninguém maior de 25 anos. Nossos líderes, nossos artistas preferidos (Chico Buarque, Caetano, Geraldo Vandré) tinham a nossa idade.

Há muitas razões que explicam porque a classe operária era relativamente fraca naquele período, porque os camponeses tampouco podiam assumir um pa-

pel maior e porque a classe média vivia um momento economicamente difícil, de onde a sua juventude extraía o caldo político da sua agitação. Mas ser o setor politicamente mais mobilizado e avançado de uma sociedade em um dado período é uma responsabilidade inebriante, assumida coletivamente como tal. Esta situação política produziu aquele "pathos" heróico, de que foi presa a geração de 68.

"Foi um rio que passou em minha vida e meu coração se deixou levar"

Uma avaliação global do movimento estudantil de 68, porém, não deve tanto explicar como ele foi possível, mas o que significou e, principalmente, o que significa ainda hoje. Ele foi o responsável pelo renascimento da paixão pela revolução. Essa revolução, evidentemente, tem que ser concebida, hoje, de forma muito diferente. Vinte anos se passaram, muito aprendemos sobre o mundo que vivemos e isto tornou caducos os programas e estratégias políticas dos anos 60. Mas quaisquer que sejam os rumos e as feições da revolução no futuro, eles sempre serão tributários de 68 pelo marco apaixonado que ficou em nossa história.

Marijane Vieira Lisboa é professora de Teoria Sociológica Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP.

A passeata dos 100 mil

No dia 21 de junho de 1968, um choque entre a Polícia Militar e um numeroso grupo de estudantes, em frente ao consulado norte-americano, no Rio de Janeiro, causou a morte de três jovens e acendeu o último estopim para que, cinco dias mais tarde, o Brasil vivesse um momento histórico: a chamada "passeata dos 100 mil". Não importa se havia esse número de pessoas na rua ou não. O fato é que após meses de intensa agitação, o movimento estudantil tinha ao seu lado — além dos policiais infiltrados — importantes setores da classe média que, insatisfeitos com os rumos do golpe de 1964, aderiam à mobilização contra a ditadura.

Mas se a "passeata dos 100 mil" marcava uma relativa convergência entre os setores mais politizados da sociedade, ela seria também um indicador de que havia uma superestimação da capacidade de luta dos estudantes para um enfrentamento direto contra um re-

gime militar que se fortalecia. A necessidade de substituir o discurso pela "prática revolucionária" dispensava uma análise mais cuidadosa daquele período, e isto foi decisivo para que muitas lideranças enveredassem rapidamente pelo caminho da luta armada, atribuindo ao movimento social — particularmente ao estudantil — um caráter de aparelho retransmissor das propostas políticas que fervilhavam nos diversos grupos clandestinos. Resultado: com o aumento da repressão, o movimento estudantil entra numa fase de declínio. As passeatas, rotineiras, se incorporam ao cotidiano indiferente da população e tornam-se pouco expressivas. A "batalha da rua Maria Antônia", em outubro, põe em evidência a atuação de grupos paramilitares de direita. A queda do 30º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Ibiúna, no interior de São Paulo, sepultou o mínimo de articulação que ainda restava.

A herança do arbítrio

O regime militar deixou uma pesada herança institucional ao país. A "Nova República" pouco fez para remover o chamado "entulho autoritário" que ainda ameaça a frágil democracia brasileira. Na reta final da Constituinte, a recapitulação das leis de excessão mostra que ainda faltam muitos passos para a instalação do Estado de Direito no Brasil.

Luiz Eduardo Greenhalgh

Ao assumir o poder, em 1964, a Junta Militar, que se autointituiu Comando Supremo da Revolução, imediatamente fechou o Congresso e editou, em 9 de abril, o seu primeiro Ato Institucional, cujo preâmbulo afirmava: "A revolução edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normalidade anterior à sua vitória".

Atribuindo-se poderes constituintes, através do AI-1, a Junta Militar destituiu o governo constitucional, suspendeu por seis meses as garantias da vitaliciedade e estabilidade dos servidores públicos, introduziu a figura esdrúxula do "decurso de prazo", muito utilizada até hoje, e determinou a reabertura do Congresso Nacional, cuja primeira tarefa seria eleger — no prazo de dois dias! — o novo presidente. Assegurou a este presidente o direito de, no prazo de sessenta dias, cassar mandatos legislativos e suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão. Resultado: em 11 de junho, ao se cumprirem os sessenta dias, quase quatrocentas pessoas haviam sido atingidas pelas cassações, incluindo os ex-presidentes Juscelino Kubitschek, João Goulart e Jânio Quadros; seis governadores de estado, entre eles Miguel Arraes e Seixas Dória, que foram presos; senadores, deputados federais, deputados estaduais e vereadores. Nas Forças Armadas, mais de cem oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica foram afastados e 10 mil servidores civis demitidos.

Ao ser empossado, o marechal-presidente Castelo Branco criou o Serviço Nacional de Informações (SNI) e anulou os atos do governo Goulart que encampavam as refinarias de petróleo, viabilizavam a reforma agrária e regulamentavam as remessas de lucro para o exterior. Em polí-

tica externa, rompeu relações diplomáticas com Cuba e apoiou a invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos. Em julho desse mesmo ano, Castelo Branco prorrogou o seu mandato, por mais de um ano, até março de 1967.

Contra-ataque eleitoral

Temendo os resultados das eleições para os governos de onze estados, em 1966, o governo aprovou a *Lei das Inelegibilidades*, proibindo a candidatura de ex-ministros e secretários de Estado do governo deposto. A medida, porém, não foi suficiente para impedir que fossem eleitos governadores ligados ao cassado ex-presidente Juscelino: Israel Pinheiro, em Minas Gerais, e Negrão de Lima, na Guanabara. O regime militar revidou, imediatamente, com a edição do Ato Institucional nº 2, que lhe conferia poderes para emendar a Constituição, cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir, aposentar, reformar ou passar para a reserva funcionários civis ou militares e, também, magistrados; baixar atos complementares e decretos-leis sobre Segurança Nacional; decretar estado-de-sítio até por 180 dias; decretar o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. O número de ministros do Supremo Tribunal Federal foi ampliado de onze para dezesseis a fim de que a ditadura obtivesse controle sobre ele. As eleições para a presidência da República se tornaram indiretas e foi criado o primeiro colégio eleitoral, assim como o bipartidarismo, uma vez que a legislação partidária passava a exigir, para a criação de partidos, o número mínimo de 120 deputados federais e vinte senadores.

Para impedir que nas eleições de gover-

nadores dos outros onze estados da Federação, em 1967, se reeditasse o sucedido em Minas e na Guanabara no ano anterior, editou-se o Ato Institucional nº 3, que tornava indiretas as eleições para os governos estaduais, constituindo-se as assembleias legislativas em colégios eleitorais. Isto, no entanto, não resolvia a questão do Rio Grande do Sul, onde o MDB era maioria na Assembleia Legislativa. Muito simples: o regime militar cassou três deputados da oposição e transformou a sua minoria em maioria.

Em 1966, foram cassados seis deputados federais. O Congresso Nacional, humilhado, amesquinhado, tentou reagir, mas o governo cercou-o militarmente e decretou seu recesso.

Jogo duro

Na surda luta pela sucessão de Castelo Branco, entre a "linha dura" e a chamada "Sorbonne", moderada, venceu a primeira, e Costa e Silva, ministro da Guerra de Castelo, foi o escolhido. Antes de sua posse, no entanto, Castelo Branco reabriu o Congresso, em dezembro, conferindo-lhe poderes constitucionais e determinando que, no prazo de quarenta dias, fosse discutida e votada a "sua" Constituição. Tudo isso, através de mais um ato institucional, o de nº 4. O texto considerado "liberal" pela "linha dura", obteve do parlamento cerca de 4 mil emendas e estipulava que ficavam aprovados e excluídos de apreciação judicial os atos praticados pelo "Comando Supremo da Revolução", isto é, os praticados pelos atos institucionais. Depois de tomar posse, Costa e Silva aprovou outra Lei de Imprensa e Lei de Segurança Nacional, que o então ministro-presidente do Superior Tribunal Militar e um dos articuladores do golpe, general Mourão Filho, definiu como produto de "um cérebro atormentado pelo ódio".

Mas todos estes instrumentos de arbítrio não conseguiram impedir que a oposição se revigorasse nas eleições municipais de novembro de 1967, e que o movimento estudantil e os trabalhadores se erguessem em massa pelas liberdades democráticas. Em dezembro de 1968, o regime militar editou o mais rigoroso e repressivo de seus atos institucionais, o de nº 5. O AI-5 veio à luz no bojo da crise, cui-



13 de dezembro de 1968: à tarde, o protesto dos artistas, e...

dadosa e artificialmente montada, que envolvia a licença para processar o deputado Márcio Moreira Alves que, às vésperas do 7 de setembro, havia discursado para um plenário vazio, criticando os militares. A Câmara dos Deputados, ouvindo das galerias lotadas o Hino Nacional, rejeitou, porém, a licença para processar o colega. Em sua introdução, o AI-5 afirmava que "atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a revolução vitoriosa outorgou à Nação para a sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo estão servindo para combatê-la e destruí-la".

Ao contrário dos anteriores, o AI-5 não estipulava prazos para a sua vigência e, na prática, estabelecia a institucionalização da ditadura militar. Pelo monstro, o presidente da República podia decretar o recesso do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais e intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição Federal. O presidente da República, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, poderia suspender direitos políticos de qualquer cidadão por dez anos e cassar mandatos eletivos. Ficavam suspensas as garantias do "habeas-corpus" nos casos de crimes políticos contra a segurança do Estado, a ordem econômica e social e a economia popular. Além disso, se excluía de qualquer apreciação judicial os atos praticados de acordo com o AI-5.

Terror institucional

O Congresso Nacional foi outra vez fechado, assim como várias assembleias le-

gislativas e câmaras municipais. O país foi varrido por uma violenta onda repressiva. As pessoas lotavam as cadeias. No Congresso Nacional, setenta parlamentares foram cassados, e um ministro do STM e três do STF aposentados compulsoriamente. O presidente do STF, em decorrência disso, pediu aposentadoria. Em resposta a essa "malcriação", o AI-5 reduziu novamente para onze o número de ministros daquele tribunal. Nos meses seguintes, outros cinco. Nova Lei de Segurança Nacional é editada, junto a uma nova Lei de Imprensa, que punia, inclusive, a divulgação, por qualquer meio de comunicação social, de fato verdadeiro que o governo

central entendesse como deturpado.

A tortura é implantada, torna-se método generalizado nas estruturas militares do Exército, Marinha e Aeronáutica e nos departamentos de Polícia Civil e Militar dos estados para combater a oposição. As punições preconizadas para outros alcançou o próprio Costa e Silva, que foi afastado "temporariamente por enfermidade" até o fim de seu mandato, sendo substituído por uma junta militar composta por Lira Tavares, do Exército, Augusto Rademaker, da Marinha, e Márcio de Souza Melo, da Aeronáutica. A junta criou o banimento de brasileiros, editou uma nova Lei de Segurança Nacional, que incluía a prisão perpétua e a pena de morte, assim como vários atos institucionais. O de nº 17 estipulava que o presidente da República poderia transferir para a reserva os militares que atentassem comprovadamente contra a coesão das Forças Armadas.

Não satisfeita, a junta editou uma nova Constituição Federal, oficializada como sendo a Emenda Constitucional nº 1. Emendas constitucionais foram sendo, a partir daí, incorporadas ao texto constitucional sempre e quando o regime militar quis reforçar seus poderes.

Sucessão e "milagre"

A sucessão de Costa e Silva e da junta se resolveu a favor de Garrastazu Médici, ex-adido militar nos Estados Unidos, cujo governo se caracterizou pela mais abominável ação repressiva contra os opositores do regime militar, ao mesmo tempo que realizava uma efetiva campanha propagandística, com base no chamado "milagre econômico brasileiro". Cerca



...à noite, o presidente Costa e Silva anuncia o AI-5.

de setecentos processos de cassação tramitavam no Conselho de Segurança Nacional. O Executivo preferia governar por decreto. O Congresso não era utilizado. O governo restringiu ainda mais os poderes das comissões parlamentares de inquérito: não podiam operar simultaneamente mais de cinco, e os seus membros não podiam sair de Brasília para efetuar as investigações. Uma nova Lei de Inelegibilidade afastava das eleições de novembro de 1970 os punidos por cassações. Antes do pleito houve milhares de prisões. A juventude, os trabalhadores e os setores mais conscientes se recusavam a participar da farsa, de tal forma que a soma de votos nulos e brancos atingiu mais de 40% dos votos válidos. Foi instituído igualmente o decreto estipulando a "censura prévia" aos livros e jornais. As redações dos principais jornais brasileiros se encheram de censores que proibiam matérias, cortavam notícias e tentavam entremear o noticiário.

Em novembro de 1971, foi criado o "decreto secreto", lei que subvertia os princípios universais do direito e fez com que nosso país fosse alvo do anedotário jurídico mundial. O Congresso Nacional era figura decorativa. Em 1972, o governo enviou 59 projetos ao Congresso. Todos foram aprovados. Em contraposição, dos 423 projetos aprovados pelo Congresso e enviados ao Executivo, somente doze foram sancionados.

Distensão política

A trama que pretendia prorrogar o mandato de Médici foi abortada pelo único general de oito estrelas (as suas quatro e as quatro de seu irmão que era ministro do Exército), Ernesto Geisel, que assumiu a Presidência. O colégio eleitoral foi ampliado e o MDB participou do pleito, lançando a anticandidatura de Ulysses Guimarães.

Eleito, Geisel reafirmou a eterna intenção dos seus predecessores de levar o país à democracia, pelo método de estrategista militar de Golbery do Couto e Silva: lento, gradual e seguro. Os vocábulos distensão política, democracia relativa, democracia com responsabilidade passaram a ser freqüentemente utilizados. Apesar das promessas, o governo continuava a cassar mandatos parlamentares (Francisco Pinto, Alencar Furtado, Lysâneas Maciel, entre outros), e, em 1975, desencadeou violenta repressão con-

tra os comunistas. Prisioneiros eram mortos nas câmaras de tortura. Divulgavam-se as listas com centenas de desaparecidos políticos.

Em 1974, já com o fracasso do milagre, a derrota eleitoral da Arena — apesar da Lei Falcão — foi fragorosa. A sociedade civil se reorganizava. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) faziam congressos nacionais reclamando democracia. Os estudantes reconstruíam suas entidades. Os comitês de anistia começavam a ganhar as ruas. Surgia o novo sindicalismo combativo que iria substituir os pelegos tradicionais. Inclusive in-

tegrados membros da Igreja Católica comprometidos com a luta do povo. E, se concedeu a anistia, com as limitações conhecidas, foi, de um lado, para adquirir credibilidade para sua promessa de democratização e, de outro, pela forte pressão democrática que o tema suscitou.

Transição de cúpula

Foi com esse governo que líderes da oposição negociaram a transição democrática, traindo a formidável campanha pelas diretas-já que sacudiu a Nação em 1984. Participaram da farsa do colégio eleitoral, escolhendo o entendimento de cúpula, totalmente alheio à vontade popular.

No momento em que se exigia um governo civil, eleito pelo povo, com coragem política para solucionar a crise, optou-se por um governo de continuidade, de conciliação, de tal forma que temos hoje, na presidência da República, com a morte de Tancredo Neves, o senhor José Sarney, cujo passado político todos conhecem.

A Nova República, seguindo os passos de seus antecessores militares, vem negociando sua própria prorrogação, escorando-se na

hierarquia militar, negando-se a cumprir os compromissos com o povo, entre eles o de eliminar os instrumentos arbitrários da ditadura. Se é verdade que os Atos Institucionais foram revogados em dezembro de 1978, continua vigente a Constituição dos militares, a famigerada Lei de Segurança Nacional, com algumas alterações para acompanhar os tempos, assim como a Lei de Imprensa, a Lei de Greve, os decretos-leis, os decursos de prazo etc.

Seguem impunes os culpados pelas gravíssimas violações dos direitos humanos cometidas sob a ditadura militar, continua sem esclarecimento o destino dos desaparecidos. E continua incólume o aparelho repressivo herdado nesses vinte anos.

Por último, queremos recordar que a Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, fez prevalecer a concepção conservadora de que a Constituinte não tem poderes para alterar o ordenamento jurídico vigente, inclusive a atual Constituição, embora setores progressistas da sociedade e deputados tenham se empenhado pela efetivação de uma Assembleia Constituinte realmente soberana.

Luiz Eduardo Greenhalgh é advogado e secretário de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT).



Marcio Moreira Alves: discurso no plenário vazou pretexto.

ternacionalmente, a imagem do regime estava totalmente desgastada.

Promessas, promessas...

Nessa conjuntura, o governo promoveu dialogar com os setores sociais que lhe faziam oposição, mas continuava cassando parlamentares oposicionistas. Prometeu restaurar as relações com a Igreja, mas condenava padres pela Lei de Segurança Nacional. Prometeu paz e declarava guerra. Prometia, ameaçando. Ameaçava, prometendo. Continuava a prática da repressão e da tortura, os processos na LSN. O "pacote de abril" instituiu a figura do "senador biônico" e manteve a maioria governista no Senado.

Ernesto Geisel foi substituído pelo general João Figueiredo, que também jurou fazer desse país uma democracia. Ele admitiu o pluripartidarismo para fracionar a oposição, estabeleceu novas emendas constitucionais, restringindo ainda mais o colégio eleitoral. Em seu governo, a perseguição ao movimento popular e setores oposicionistas continuou implacável sob a égide da LSN. Mandou processar e condenar os principais dirigentes sindicais do país, os mais combativos parlamentares, jornalistas, representantes estudantis, e expulsou e condenou

Imprensa alternativa: alcance e limites

Contraditoriamente dependente da imprensa burguesa, a imprensa alternativa dos anos 60 e 70 buscou sempre o ideal de uma ampla unidade de oposição à ditadura. Não chegou a tanto, mas ajudou a mudar o Brasil.

Perseu Abramo



É difícil caracterizar com precisão o papel da imprensa alternativa dos anos 60. Uma das questões polêmicas a respeito — e que muitas vezes provocava discussão na época — era exatamente o sentido preciso da expressão “alternativa” quando aplicado à imprensa política que se fazia ou se tentava fazer.

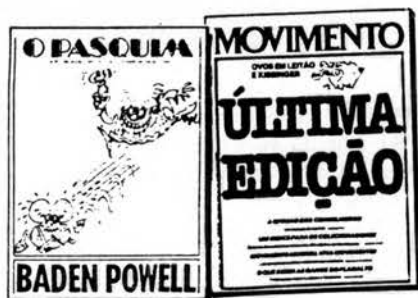
No sentido estrito do termo, essa imprensa nunca foi de fato uma alternativa à outra imprensa, a chamada “grande imprensa” ou imprensa burguesa. Não foi alternativa no sentido de oferecer ao público uma opção de leitura, do tipo que levaria um cidadão a deixar de ler o *Jornal do Brasil* para ler *Opinião*, ou trocar o *Estado de S. Paulo* por *Movimento*. E não apenas pelo fato da imprensa alternativa ser periódica, em contraposição aos grandes jornais diários. Porque *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e tantos outros também não constituíam uma opção alternativa à leitura de *Veja*, *Isto É*, *Visão* etc.

A razão fundamental parece residir, em primeiro lugar, no fato óbvio de que os pequenos semanários ou mensários políticos nunca tiveram a menor possibilidade concreta de reunir recursos financeiros, materiais e humanos capazes de enfrentar a máquina poderosa da “grande imprensa”, e que vai se tornando cada vez mais poderosa justamente a partir da implantação da ditadura em 1964 e da modernização do Estado burguês no Brasil.

Dependência contraditória

Mas isso, evidentemente, não explica tudo. Outra pista para entender o caráter real da imprensa chamada alternativa é o de que, na verdade, tratava-se muito mais de fazer um contraponto à imprensa burguesa do que efetivamente substituí-la. É como se, na era da ditadura, houvesse necessidade de colocar no papel o substrato de um movimento de contracultura, disperso e fragmentado, sim, mas inegavelmente existente nos anos 60 e 70. Mas a contracultura só passa a ter existência real enquanto imagem invertida no espelho da cultura existente. Só existe contraponto quando existe o “ponto”. A imprensa alternativa era fundamentalmente dependente da imprensa chamada grande, isto é, aquela que, de uma forma ou de outra, havia contribuído para a eclosão do golpe de 64 e, contrariamente ou não, era simultaneamente sustentáculo e beneficiária da ditadura.

Dependência contraditória, evidentemente, para não dizer dialética. Era pre-



ciso que os grandes jornais e revistas dissessem alguma coisa para que os pequenos alternativos pudessem dizer o contrário, ou completar o que não fora dito, corrigir o dito, desmistificar a distorção, desvendar os mistérios reais habilmente escondidos pelas palavras oficiais. Enfim, clarear o obscuro.

Essa necessidade era colocada — provavelmente de forma inconsciente, ou pelo menos não claramente perceptível — para os próprios jornalistas que faziam a imprensa alternativa. A maior fonte de dados e informações da imprensa alternativa era a “grande imprensa” (às vezes, estrangeira). Os jornalistas da imprensa alternativa tinham, por óbvias razões políticas, poucos e difíceis acessos aos chamados meandros do Poder, ao aparelho do Estado, ao interior das empresas, à intimidade dos principais grupos econômicos. É certo que uma ou outra vez “vazava” uma informação, uma dica, uma sugestão, trazida aqui para fora a partir de um político liberal com algum conhecimento do reinado tecnoburocrático que constituía a seiva da ditadura militar. Aí, a imprensa alternativa deitava e rolava. Mas eram raros esses casos.

A matéria-prima

O mais comum, o mais corriqueiro, é que a pauta da imprensa alternativa era calada nas notícias da “grande imprensa”. O que se esforçava por ser alternativo era o ângulo da abordagem da matéria, os informantes ouvidos em “off”, a orientação oposicionista da análise e da interpretação, e, naturalmente, o posicionamento ideológico e político diante do assunto tratado, que se refletia nos títulos, nas fotos, nas charges e nos editoriais. Mas, a base, a matéria-prima dos textos jornalísticos era, na maior parte dos casos, constituída pelas informações veiculadas pela própria imprensa burguesa que se pretendia combater com uma imprensa alternativa. E isso, inevitavelmente, comprometia a qualidade, o nível, o alcance de boa parte do material da imprensa alternativa.

Essa situação vai se alterar um pouco na fase final da ditadura, nos últimos anos da década de 70, muito mais em função das mudanças operadas no movimen-

to social concreto do que propriamente no âmbito da imprensa alternativa. É que começa a surgir, apesar da ditadura, uma onda de resistência civil, representada pelos movimentos populares, pela luta contra a carestia, pela ação dos setores progressistas da Igreja Católica, pelas comunidades eclesiais de base, pelos comitês de anistia, mais tarde pelas oposições sindicais e pela eclosão do neo-sindicalismo combativo e oposicionista. Aí, então, há um movimento concreto, muitas vezes expresso por entidades e por lideranças que se constituíam, por si, em fontes alternativas de informações e opiniões, e que foram largamente utilizadas pela pequena imprensa.

Os leitores

Mas não eram os jornalistas, apenas, que dependiam contraditoriamente da imprensa burguesa para fazer a sua imprensa alternativa a ela. De certa forma, os leitores também.

Quem foram, de modo geral, os leitores das numerosas publicações alternativas que nasceram, floresceram e pereceram, a partir do início dos anos 60? Certamente não a grande massa. Dessa, como se sabe, infelizmente a grande maioria não tinha e continua não tendo os meios materiais e culturais, o tempo, a paciência, a disposição e o hábito de ler coisas impressas, entre as quais os jornais e as revistas.

Dos que lêem, a grande maioria lê jornais diários da “grande imprensa”, principalmente os de cunho mais popular — e populista — e sensacionalista. O que sobra? Sobram as minguadas camadas mais esclarecidas e politizadas da grande massa, a chamada aristocracia operária dos grandes centros industriais, setores médios não alienados, os políticos, os ativistas sindicais, os quadros intermediários e centrais, os dirigentes e militantes das organizações políticas revolucionárias. Um público bastante diversificado na sua heterogeneidade, mas exíguo em número.

E mesmo esse público politizado e restrito, leitor virtual ou efetivo da imprensa alternativa, não podia dispensar a “grande imprensa”, a imprensa burguesa. Era ali que ele se informava, era ali que ele lia as explicações tecnocráticas, era ali que ele encontrava as versões oficiais e, de maneira mais ou menos acrítica, sofria a demolidora influência da doutrinação ideológica burguesa. Depois, ele ia conferir na imprensa alternativa. Recebia o contraponto, a contracultura, a versão da oposição.

A meta da unidade ampla

A eficácia ou não desse duplo movimento de opinião de “esquerda” versus opinião de “direita” dependia em parte da capacidade do próprio leitor, em parte da qualidade das matérias dos jornais

alternativos, em parte da correção da análise de conjuntura e do acerto das propostas políticas que eram elaborados pela oposição.

Nem sempre essa eficácia foi grande. Na maior parte dos casos, a imprensa alternativa se debatia entre dois extremos: apresentar — aí sim — uma alternativa radical à ditadura, e com isso correr o risco do sectarismo, do isolamento, da voz no vazio sem eco; ou recuar para um mínimo denominador comum dos diversos setores sociais, para tentar “costurar” uma frente ampla de oposição democrata e liberal, e, com isso, não oferecer alternativas reais à ditadura. De certo modo, toda a imprensa alternativa do período oscilou pendularmente entre esses dois extremos, aproximando-se ora mais de um, ora mais de outro.

A meta idealizada pela imprensa alternativa de uma oposição “comum” — e, portanto, o menos diferenciada possível — contra a ditadura tinha a sua contrapartida no desenvolvimento da própria realidade política e partidária do período. O MDB ia tentando ser aquilo que a imprensa alternativa também procurava ser: a oposição, ampla par ser unida, mas, para ser ampla, indiferenciada. Talvez não seja por acaso que no final da década de 60 e em quase toda a década de 70, mais se tenha falado, no Brasil, em *sociedade civil*, concebida esta como a “Nação” contra o Estado, ou, como aparecia maniqueístamente em muitas cabeças de então, o Bem contra o Mal, ou, ainda, como frequentemente era reinterpretado por setores de extração mais popular e menos culta, da sociedade dos paisanos, dos civis contra os militares.

Ora, mas a ditadura que foi implantada em 64 e perdurou até meados da atual década é a ditadura da burguesia, só que operando com mãos militares. E, embora sejam inegáveis as diferenciações grupais e até pessoais dentro da burguesia (um senador liberal é diferente de um general fascista), a verdade é que a idéia, constantemente elaborada e reelaborada, de uma ampla frente democrática de oposição à ditadura acaba, na prática, deixando de lado e de fora a classe trabalhadora e as reais alternativas ideológicas e políticas ao sistema capitalista e ao regime autoritário que ele produziu nesse período da história do Brasil.

Pobre, frágil, improvisada, ousada, heróica, a imprensa alternativa não conseguiu nunca chegar a essa meta. Mas inegavelmente foi uma das forças que abalaram a ditadura e abriram perspectivas de mudanças democráticas que ainda estão por se realizar.

Perseu Abramo é jornalista e membro da Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT).

Pedagogia do oprimido

Vinte anos de uma proposta de educação comprometida com os interesses populares. Falar sobre Paulo Freire, sobre suas idéias e sobre seu trabalho sempre nos parece repetitivo tanto são os trabalhos sobre a sua pessoa e sua obra. Para se ter uma idéia da importância do educador, em 1987, o norte-americano Donaldo Macedo levantou aproximadamente 6 mil títulos, entre livros e artigos, sobre ele, somente em língua inglesa.

O que falar sobre Paulo Freire então? Carlos Rodrigues Brandão em uma entrevista para a revista *Educação em Revista* afirmou que "Paulo Freire passou a vida inteira dizendo três coisas, mas ele conseguiu dizer de uma tal maneira que, de repente você lê e diz: Puxa, aqui está alguém que disse alguma coisa diferente!". Talvez por aí seja possível uma contribuição: a diferença que fez as idéias de Paulo Freire serem veiculadas mundialmente, fazendo dele, talvez, o educador brasileiro de maior importância da atualidade.

Pedagogia do Oprimido foi uma marca no pensamento pedagógico, inclusive até para o próprio Paulo Freire. Nele, suas idéias ganharam radicalidade em uma reflexão que já vinha se desenvolvendo desde os seus primeiros escritos a partir de *Educação e Atualidade Brasileira*. O mais importante, no entanto, é que a radicalidade dos seus escritos, das suas idéias, foi adquirida a partir de uma prática política e pedagógica de alguém preocupado com o seu tempo e compromissado com os interesses populares.

Importância do diálogo

Paulo Freire estava no exílio quando escreveu *Pedagogia do Oprimido*. Estava impedido de trabalhar no Brasil depois de ter sido alçado ao Ministério da Educação para coordenar uma campanha nacional de alfabetização de adultos, que foi desmontada pelo golpe de 1964. Junto com outros exilados, refletia sobre a realidade brasileira e sobre a sua experiência pré-64 enquanto desenvolvia experiências educativas no Chile. Suas idéias eram as mesmas: a importância de ver todo o processo educativo como um processo político, e, conseqüentemente, uma prática que não é neutra; a importância do diálogo como essência do processo educativo; o sentido educativo que há para todos aqueles envolvidos em uma prática pedagógica, sejam educadores ou educandos.

A radicalidade do pensamento de Paulo Freire nasce de uma prática pedagógica comprometida com os interesses populares. Há duas décadas, *Pedagogia do oprimido* orienta educadores e educandos no processo permanente de conscientização e ação política.

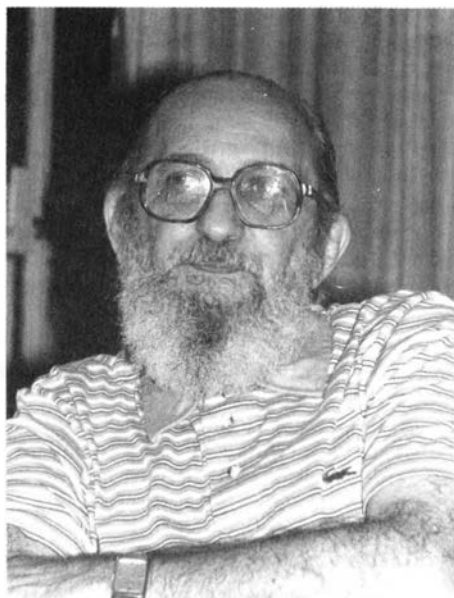
Sérgio Haddad

Pedagogia do Oprimido é produto, entre outras coisas, destas três idéias na prática do educador Paulo Freire. É uma ampliação de suas concepções; é a resposta do educador aprendiz que, olhando o passado, revê seus erros e acertos e remete para o futuro uma nova proposta educacional. Paulo Freire aprendeu com o Brasil e procurou fazer desta prática, sabedoria. Procurou ver como se realizou o político na sua ação de educador e fez isto através do diálogo que exerceu durante toda a vida e que neste momento histórico se concretizou com os parceiros que tiveram a mesma trajetória dos que foram obrigados a abandonar o país. Em seu livro, agradeceu as críticas e sugestões de Almino Afonso, Paulo de Tarso Santos, Ernani Maria Fiori, Plínio de Arruda Sampaio, José Luiz Fiori, Wilson Cantoni, entre outros.

As idéias de Paulo Freire vão ganhando radicalidade alimentadas pelos quadros de referência da literatura marxista tão presentes em *Pedagogia do Oprimido* e que foram incorporados ao seu pensamento. Para se ter uma idéia, neste livro, a bibliografia passou a incorporar Hegel, Marx, Engels, Lênin, Fromm, Sartre, Marcuse, Fanon, Memmi, Lukács, Debray, Freyer, Kosik, Goldmann e Althusser, além de Mao-Tsé-Tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Torres.

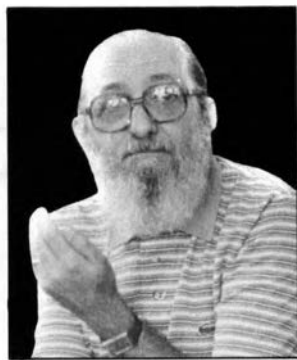
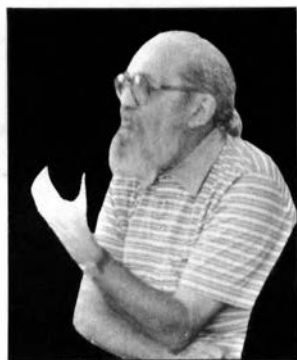
Missão histórica

Paulo Freire permanece acreditando no diálogo. Porém, agora, na sua condi-



Paulo Freire: acreditando no diálogo.

ção de cristão revolucionário, entende a impossibilidade do diálogo entre contrários e aposta na missão histórica dos oprimidos de se libertarem libertando os opressores. "Ninguém liberta ninguém — ninguém se liberta sozinho — os homens se libertam em comunhão". Isto se daria na medida em que uma vez assumida pelos oprimidos sua consciência de explorado, suas reivindicações trariam a radicalidade de posições entre estes e seus exploradores. Assim, o papel central no processo de libertação seria dos oprimidos e não mais, como explicitou



e Althusser, além de Mao-Tsé-Tung, Fidel Castro, Ernesto Guevara e Camilo Torres.

Missão histórica

Paulo Freire permanece acreditando no diálogo. Porém, agora, na sua condição de cristão revolucionário, entende a impossibilidade do diálogo entre contrários e aposta na missão histórica dos oprimidos de se libertarem libertando os opressores. “Ninguém liberta ninguém — ninguém se liberta sozinho — os homens se libertam em comunhão”. Isto se daria na medida em que uma vez assumida pelos oprimidos sua consciência de explorado, suas reivindicações trariam a radicalidade de posições entre estes e seus exploradores. Assim, o papel central no processo de libertação seria dos oprimidos e não mais, como explicitou em *Educação como Prática da Liberdade*, das elites comprometidas em diálogo com o povo.

Paulo Freire permanece acreditando no papel político do educador mas a sua utopia de sociedade não está mais referenciada na construção do capitalismo industrial moderno e sim no socialismo. Este papel político do educador, no entanto, não deveria se dar por sobre as posições dos educandos. Neste sentido, Paulo Freire nunca abandonou as suas idéias de respeito ao outro, de respeito aos modos de pensar do povo e à sua cultura. Recusava qualquer tipo de imposição de conhecimentos, de manipulação, de “invasão cultural”.

Práxis permanente

Ao mesmo tempo, não desconhecia a importância das vanguardas e de uma teoria revolucionária de transformação social. Paulo Freire propunha uma ação orientada para o que chamou de “síntese cultural”. “A solução está na síntese. Por um lado, incorporar-se ao povo na aspiração reivindicativa. Por outro, problematizar o significado da própria reivindicação.” Assim, diz Paulo Freire, ao

realizar tal ação, estará problematizando a situação histórica, real, concreta, que, como totalidade, tem uma de suas dimensões nesta reivindicação.

Por fim, Paulo Freire continua acreditando no permanente aprendizado do educador que se realiza através do ato educativo, mas acrescenta que este ato não pode ser dissociado de uma prática, elemento essencial do processo de conscientização. “A prática é fonte de conhecimento... a prática é indispensável ao ato de conhecer.” Isto vale tanto para o educador como para o educando. Já não fala mais de uma conscientização

através de um processo educativo e posteriormente uma ação política fruto desta conscientização. Agora a práxis passa a ser incorporada como um elemento permanente do educativo.

Durante toda a década de 70, as idéias de *Pedagogia do Oprimido* serviram como fonte de incentivo para quem trabalhava em educação no Brasil. Aos que permaneceram nos sistemas oficiais de ensino, premidos pela vigilância e controle, puderam, nos limites da sala de aula, através do seu trabalho silencioso, vivenciar estas novas idéias. Aos que se dedicaram ao trabalho educativo fora da escola, com grupos populares, *Pedagogia do Oprimido* foi uma das matrizes mais importantes da chamada educação popular, educação esta que serviu ao trabalho de resistência, organização e conscientização.

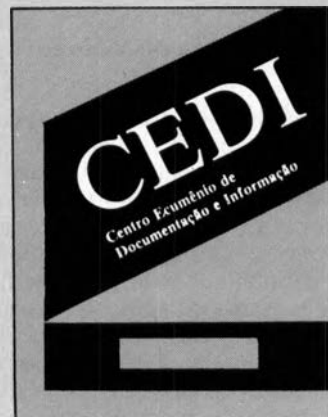
Pedagogia do Oprimido é um marco no pensamento educacional, é um marco no pensamento de Paulo Freire. Hoje, vinte anos depois, ainda vivemos sob seus fluidos.

Sérgio Haddad é coordenador do Programa “Educação e Escolarização Popular” do CEDI.

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Série Documentos

Alfabetização de adultos: ainda um desafio, de Regina Hara, inaugura a série *Documentos*. O texto é fruto da experiência que o Programa *Educação e Escolarização Popular* do CEDI vem acumulando, através de assessoria e pesquisa. Relata a experiência da autora no acompanhamento de uma classe de alfabetização de adultos, durante dois anos, a partir da incorporação das concepções de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, à prática baseada nas idéias de Paulo Freire.



Cz\$ 500,00

Faça seu pedido através de cheque nominal para o CEDI
Av. Higienópolis, 983
CEP 01238 — São Paulo — SP

JOSÉ DIRCEU: “Não conhecíamos o Brasil”

Entrevista a Marco Antônio Piva

Arquivo José Dirceu



Em setembro de 1969, quando a ditadura militar aceitou trocar quinze prisioneiros políticos pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick, seqüestrado por um comando guerrilheiro, José Dirceu de Oliveira e Silva, um jovem mineiro de Santa Rita do Passa Quatro que liderou as principais mobilizações dos estudantes paulistas, iniciava uma nova fase de sua vida. Figurando na lista dos “banidos”, ele passaria pelo México e Cuba, para voltar clandestinamente ao Brasil, em 1975. Este período de exílio somou-se a um outro igualmente “enriquecedor”, como ele mesmo faz questão de frisar: de 75 até a anistia, em agosto de 1979, José Dirceu combinou uma pacata vida de pequeno empresário, no interior de São Paulo, com sucessivas viagens pelo país. “Foi a decisão mais acertada da minha vida, porque pude conhecer o Brasil real, bem diferente daquele que imaginávamos em 68”. Vinte anos depois do “incêndio do sonho” de uma geração, o atual secretário-geral do Partido dos Trabalhadores recorda aquela época de olho no futuro.

TP — O que detonou, efetivamente, o movimento de 68 no Brasil?

José Dirceu — As mobilizações foram resultado de uma fermentação política, social e cultural pós-64. O movimento estudantil, nesse período, teve três vertentes: a política, que era a luta contra a ditadura, muito relacionada com a segunda, que é a vertente sindical, reivindicatória, estudantil, universitária, e a terceira vertente que é a cultural, uma revolução de comportamento, de costumes. O estudante que chegou na universidade, ou que estava na universidade antes de 68, sofreu um choque da repressão política, de vazio cultural e da quebra da qualidade do ensino. Ele reagiu lutando contra a lei Suplicy de Lacerda, que proibia a existência da União Nacional dos Estudantes (UNE), e transformava o centro acadêmico, que era uma entidade independente e autônoma, numa entidade subordinada à reitoria.

TP — Por que os centros acadêmicos eram importantes?

José Dirceu — Porque os estudantes se defrontaram com uma ditadura militar que queria impor ao país uma política educacional de privatização do ensino, de adequação desse ensino aos interesses empresariais e de centralização da autoridade na universidade. Essa faceta de lutar contra a ditadura militar por causa da política educacional e da repressão ganhou entre 66 e 67 uma dimensão maior, na medida em que o governo aplicou uma política econômica recessiva que levou a uma quebra comercial, ao desemprego e a um arrocho salarial muito grande, que teve consequências nas famílias dos estudantes. A grande maioria dos estudantes era formada por filhos da pequena burguesia comercial, industrial, da burocracia civil, de profissionais liberais, trabalhadores autônomos, que sentiam essa recessão. Essa questão social dos estudantes e suas famílias, da política econômica do governo, fez com que o movimento estudantil acabasse tendo um papel político no país que em outros momentos não teria tido.

Os estudantes, ao lutarem contra a política educacional do governo, pela liberdade de organização, pela manutenção da UNE, ao irem às ruas fazer passeata, ao fazerem acampamentos, ao ocuparem faculdades, começaram a representar para determinados



Há uma confluência entre o movimento político na universidade e uma nova situação do jovem na sociedade

setores da população uma espécie de um partido político que lutava contra a ditadura, ganhando uma dimensão que extrapolou a universidade e o movimento estudantil. Tanto que a "passada dos 100 mil", no Rio de Janeiro, foi uma manifestação popular, de trabalhadores, profissionais liberais, intelectuais, mães de alunos, setores da oposição liberal e segmentos importantes da Igreja.

Se somamos a isso o aspecto cultural que o movimento estudantil teve, há uma confluência entre um movimento político dentro da universidade e uma nova situação do jovem na sociedade. Ou seja, ele entra no mercado de trabalho, é independente da família, rompe com os horários, a disciplina familiar e passa a ter capacidade de produção social e cultural, o que não havia antes na estrutura que precedeu o Brasil urbano, que era o Brasil conservador, rural. Há uma revolução na relações homem-mulher, no comportamento sexual e, principalmente, uma revolução cultural no cinema, na música e no teatro. Vem o Teatro de Arena, o Teatro Oficina, o Zé Celso (José Celso Martinez Correia), o cinema novo, os festivais de música popular. E o movimento estudantil é, ao mesmo tempo, público e ator desses movimentos.

Enfim, 68 significa a síntese desses

três movimentos, o cultural, o político e um pouco da luta reivindicatória do movimento estudantil que teve um papel muito importante por ser uma batalha que se travou entre a política educacional da ditadura militar e a nossa proposta de reforma universitária.

TP — Qual a relação entre o movimento estudantil e as mobilizações da juventude realizadas naquele período em vários países?

José Dirceu — O movimento dos estudantes brasileiros ganha um caráter revolucionário quando acontece in-

ternacionalmente uma grande mobilização que tem origem na crise econômica da Europa, na guerra do Vietnã, no papel da revolução cubana, na figura de Che Guevara, nas guerrilhas da América Latina, nas revoltas estudantis, na crise da Tchecoslováquia, Roma, Paris, Berlim. Essa fermentação dá um caráter universal à luta do movimento estudantil. Se é verdade que o movimento estudantil brasileiro não tinha uma influência direta do movimento estudantil europeu, é verdade que a guerra do Vietnã e a revolução cubana exerceram uma grande influência sobre ele. Mas é verdade também que a invasão da Tchecoslováquia, a crise do fim da "Primavera de Praga" e a revolta estudantil e operária na Europa, confirmavam e abriam uma perspectiva universal para aquilo que foi o coração daquela época: a idéia da revolução, da ação revolucionária, a utopia de 68.

TP — Com os estudantes ocupando um espaço político maior que sua real capacidade de ação, como entrou a discussão sobre a luta armada?

José Dirceu — Os estudantes não tinham força política nem capacidade para derrubar a ditadura. Nós, inclusive, não acreditávamos nisso. Depois que entrou o ingrediente da luta armada, da guerra civil, entre 67 e 68, o

processo político brasileiro virou uma luta entre as organizações político-militares e a ditadura. A repressão, que já era grande, ganha um aspecto de guerra, com torturas, assassinatos e desaparecimentos. É o terror oficial.

68 tinha a simbologia dos estudantes lutando contra a repressão, da revolução mundial da juventude. Mas isso tinha um pouco de mistificação e perdia a historicidade, a dimensão real. A força social dos estudantes era relativa. Sentíamos a solidão de não ter ao nosso lado aqueles que seriam os reais dirigentes do processo revolucionário: os trabalhadores. Nossa idéia (a unidade com os trabalhadores) era correta, mas avançamos o sinal quando colocamos a questão da guerra civil, da tomada imediata do poder.

Essa idéia predominou na esquerda brasileira. O Partido Comunista Brasileiro (PCB) estava ultrapassado e era preciso criar uma organização político-militar. A luta armada estava associada à visão, que considero correta, de que a burguesia brasileira tinha esgotado seu papel de operar na sociedade qualquer tipo de transformação popular, democrática ou antiimperialista. As Forças Armadas tinham optado por ser o braço armado fiador dos setores que promovessem o avanço do capitalismo no país, especialmente os grandes monopólios nacionais e internacionais.

A situação criou forças políticas que buscaram no movimento estudantil grande parte de seus militantes. Mas o movimento estudantil não fez opção pela luta armada. Quando as organizações começaram a colocar seus quadros estudantis na clandestinidade, o movimento estudantil perde sua capacidade de luta e não suporta a repressão.

TP — Como você analisa a "revolução dos costumes" que houve na época?

*José Dirceu — As transformações feitas pelo movimento de 68 são históricas. Houve uma mudança na relação homem-mulher, no papel da mulher na sociedade, na produção cultural. A primeira pichação que eu fiz, por exemplo, foi de um filme, *Desafio*, do Paulo Cezar Sarraceni, proibido pela ditadura.*

TP — Onde foi essa pichação?

José Dirceu — Na 23 de Maio, num desses viadutos mais velhos. Era de manhãzinha...

TP — Você ficou com medo?

José Dirceu — Não... bem, mais

Nossa proposta de unidade com os trabalhadores era correta, mas avançamos o sinal quando colocamos a questão da luta armada

ou menos. Estava um pouco apreensivo. Mas antes de ingressar na militância estudantil, eu fazia parte de um cine-club. A criação cultural tinha importância. Tudo isto tem um peso muito grande. Por outro lado, a mulher nunca mais perdeu o espaço conquistado na universidade, no movimento estudantil. Ninguém está fazendo uma leitura idealista, uma mitologia sobre 1968. Evidente que para a mulher não era simples ficar grávida em 1965, 66, 67, ou perder a virgindade, o que, às vezes, acabava sendo uma imposição dos homens. Nós acabávamos impondo à mulher uma nova forma de se relacionar. Mas foi um movimento. Tanto foi que uma das coisas que a ditadura militar expôs ao público, como prova de subversão, foram as pílulas anti-concepcionais encontradas no Crusp (onde residiam os estudantes da USP).

No Brasil, a pílula foi introduzida pelo movimento estudantil e isto tem um símbolo que é todo o papel da mulher na sociedade. Algumas pessoas podem dizer que o capitalismo assimilou essa questão para explorá-la no mercado. Mas foi uma etapa importante e temos de continuar a luta pela libertação da mulher.

TP — Você deve ter passado por muitas situações inusitadas nessa época. Daria para ressaltar um ou dois fatos que mais o marcaram?

José Dirceu — Vou contar um fato de grande emoção e outro cômico. O primeiro foi a chamada guerra da Maria Antonia que representou um momento de auge da produção política, intelectual, cultural e um centro de elaboração de idéias, de uma época de paixões, frustrações, romances, idéias, sonhos, esperanças. A Maria Antonia sempre foi um vulcão, o incêndio de um sonho. A Maria Antonia foi literalmente incendiada pela polícia militar, o DOPS e o CCC. Eles montaram uma provocação e houve uma guerra, que causou a morte de José Guimarães. Foi coisa muito marcante.

É evidente que o congresso de Ibiúna (o 30º Congresso da UNE, reprimido pelo exército) ficou marcado porque é um momento de tragédia, mas o fato hilariante é que eu fui preso em Ibiúna e fiquei alguns dias no DOPS. Depois, fui transferido para um quartel, o forte Itaipu, na Praia Grande, comandado pelo coronel Erasmo Dias, que foi secretário da Segurança e, hoje, é deputado pelo PDS. O Erasmo nos esperou com holofotes, tropas, armamentos, coisas bem cine-

A Maria Antonia marcou uma época de paixões, frustrações, romances, idéias, sonhos e esperanças

matográficas. Ele fez um discurso para os presos e, em seguida, nos colocou num caminhão fechado, que levava o grupo para a prisão.

TP — Quantas pessoas formavam o grupo?

José Dirceu — Eu não me lembro bem se eram oito ou doze. Só sei que começamos a ficar assustados porque o caminhão rodava, rodava e nunca chegava. Depois de um bom tempo escutamos o barulho do mar. Estávamos numa praia e pensamos que tinha chegado a hora derradeira. Numa hora dessas você sua frio, um chora, outro fica com medo, outro ainda faz declarações políticas, de afirmação revolucionária, enfim, é aquele clima de fim de vida. O caminhão parado, o barulho das águas, os guardas fazendo não sei o que lá fora, um ambiente terrível. De repente, um soldado grita: "Putá que pariu... nos perdemos". Ai foi aquela gargalhada... e aquele ridículo.

TP — Vocês faziam política o tempo inteiro ou também estudavam um pouco?

José Dirceu — Todos éramos bons alunos, sem exceção, porque havia uma disputa ideológica com a direita sobre esse assunto. Era uma questão de honra derrotar esse discurso na prática. Queríamos mostrar nossa capacidade também do ponto de vista intelectual e profissional. Mas depois que a

ra uma permanência mais prolongada. Era uma pessoa muito conhecida e corria muitos riscos. Regressei a Cuba e pude aprender muito com o processo revolucionário, vivenciar o problema da relação entre o partido e o governo, a organização do estado socialista, a questão da autonomia dos sindicatos. Foi uma experiência única que nenhum livro me daria.

Mas, a coisa mais certa que fiz foi retornar ao Brasil em 1975. E não tomei essa decisão por questões afetivas ou emocionais porque sou uma pessoa cosmopolita, apesar de ser mineiro de Santa Rita do Passa Quatro. Bem, apesar do risco — poderia não valer a pena — tive a intuição de que seria importante voltar e viver aqui. Instalei-me no interior de São Paulo, onde montei uma pequena empresa. Trabalhei ainda no comércio, na agricultura, no sistema financeiro e aproveitei a clandestinidade para ler muito e conhecer o Brasil real, bem diferente daquele que imaginávamos em 68. Viajei pelo país todo e conheci de perto o capitalismo brasileiro que, ao contrário do que dizem por aí, não está em decadência. O capitalismo brasileiro é dinâmico e está em crescimento, e precisamos entendê-lo profundamente para poder transformar a sociedade. Em 68, nós não conhecíamos o Brasil, nem pelos livros. Cometemos muitos erros, embora seja preciso considerar que tínhamos apenas dezoito, vinte anos. Éramos muito jovens.

Uma das coisas que a ditadura expôs ao público como prova de subversão foram as pílulas anticoncepcionais encontradas no Crusp

repressão aumentou isto ficou inviável. Não dava mais nem para assistir aula.

TP — Em setembro de 1969, você foi trocado, junto com outros quatorze prisioneiros políticos, pelo embaixador norte-americano Charles Elbrick. O que significou sair do país "banido" pela ditadura?

José Dirceu — Fomos para o México e depois para Cuba. No ano seguinte, voltei clandestinamente ao Brasil para participar da luta armada no Movimento de Libertação Popular (Molipo). Fiquei apenas alguns meses porque não havia condições políticas pa-



MEDELLÍN

História e símbolo

Há dois Medellín. O *histórico*, com data e lugar definidos, produziu documentos e traz a marca de suas circunstâncias, limites e novidades. O Medellín *simbólico*, que se alimenta do primeiro, já pertence ao imaginário social e religioso de amplos setores e incentiva a caminhada do povo.

J. B. Libânio

Há vinte anos do término da 2ª Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano reunido em Medellín, perguntamo-nos ainda por seu significado político e eclesial. O ano de 1968 foi, sem dúvida, marcado por eventos expressivos, começando pelas ruidosas manifestações juvenis nos Estados Unidos e na Europa, passando pela Conferência de Medellín, para terminar no silêncio tenebroso do Ato Institucional nº 5, que fechou os canais políticos do Brasil e reforçou o período de repressão.

Há dois Medellín. O Medellín histórico, com data e lugar definidos, que produziu uma série de documentos. Como todo evento da história carrega a marca de suas circunstâncias, os limites de seu momento e o sentido de sua novidade. Há também o Medellín simbólico, que arranca do primeiro, se alimenta dele, o projeta para o imaginário social coletivo, mas que também consegue autonomia de voo. Uma análise-memória de tal realidade-Medellín deve levar ambos em consideração.

O Medellín-evento foi pensado e convocado dentro de uma perspectiva intraclesiástica definida por Paulo 6º como aplicação do Concílio Vaticano 2º à América Latina. Tanto mais importante parecia tal propósito quanto o episcopado da América Latina se tinha mostrado durante o Concílio como um dos mais tradicionais e conservadores. Enquanto os bispos europeus, assessorados pelos grandes teólogos, que de fato alicerçavam os documentos do Concílio, se mos-

travam sensíveis aos problemas da modernidade centro-européia, os nossos bispos, pastores de um povo religioso tradicional, longe das fontes teológicas modernas e sem vagar para estudos teóricos, vinham com uma teologia e concepção eclesiológica extremamente conservadoras e tradicionais.

Tempo Medellín

Os acontecimentos históricos adquirem algumas dinâmicas que superam as intenções de seus principais protagonistas. Assim Medellín iniciou com a proposta de conduzir uma Igreja pré-Vaticano 2º aos umbrais da era Vaticano 2º e terminou ultrapassando tal limite, inaugurando o "tempo Medellín". Abriu-se no horizonte do "desenvolvimento integral" (Paulo 6º: *Populorum Progressio*) e encerrou-se na perspectiva da libertação, iniciou-se com bispos simplesmente inquietos pela problemática social e desejosos de mudança e saiu-se com a firme determinação da opção pela libertação dos pobres.

O Medellín histórico, o Medellín-documentos tratou da justiça, da paz, da família, da educação libertadora, da pastoral de elites e das massas, da vida interna da Igreja — catequese, liturgia, leigos, sacerdotes, religiosos, seminaristas, pastoral de conjunto — e meios de comunicação. Problemas, hoje candentes, ou ainda não estavam em seu horizonte temático ou não tinham o atual relevo, tais como índios, negros, luta pela terra e a reforma agrária, maior participação popu-

lar nas estruturas de poder da sociedade e da Igreja. Lá as comunidades eclesiais de base apenas estavam aflorando e vistas mais na perspectiva da "vivência da comunhão" sobretudo nas comunidades locais ou ambientais, "do trato pessoal fraterno entre seus membros" enquanto hoje elas são um continente de esperança eclesial e de libertação.

Ruptura teórica

Medellín significou a ruptura clara com o esquema desenvolvimentista até então dominante no mundo político-econômico e na mentalidade eclesial, despoçando a recém elaborada "teoria da dependência", com a conseqüente conclusão da necessidade de uma libertação de tal dependência para alcançar verdadeiro desenvolvimento. Tal atitude teórica lança suas raízes numa perspectiva teológica, senão iniciada, pelo menos despertada e reforçada pelo ensinamento social de João 23, de interpretação dos sinais dos tempos. Medellín volta-se para os "sinais dos tempos" de nosso continente. Lê dois grandes sinais de valência contraditória: o terrível estigma da opressão cada vez mais organizada pelo sistema, a ponto de tornar-se "pecado social", "violência institucionalizada", e o surdo clamor por libertação vindo dos pobres, do povo cada vez mais consciente e organizado. Medellín capta a "irrupção do povo pobre e de fé" para dentro da sociedade e da Igreja, num anseio de liber-

tação, cercado por oceano de opressões.

Nesse sentido, Medellín consolida a tomada de consciência dos bispos da América Latina em relação aos compromissos com a luta pela justiça, aprofundamento da análise social da realidade do continente com a conseqüente atitude de denúncia a partir da fé e com o peso moral da Igreja, assimilação do quadro doutrinal no campo social dos últimos papas — João 23 e Paulo 6º — e da *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano 2º, temática da libertação do homem de toda escravidão com a necessária opção e exigência de transformações globais, audazes, urgentes e profundamente renovadoras do continente. Numa palavra, os bispos descobriram que comprometer-se com a realidade social não é marxismo, mas decorrência intrínseca do processo evangelizador. Abre-se, então, amplo espaço para novas forças libertárias nascerem e medrarem no seio da Igreja.

Novas práticas

De Medellín nasceu para os colégios católicos uma visão libertadora da educação, que vinha sendo trabalhada por Paulo Freire. Mas os sólidos muros de nossos edifícios educativos não se deixariam penetrar facilmente por prática e teoria libertadoras se não houvesse o aval do episcopado do continente.

De Medellín brotou uma renovação profunda da vida religiosa, ao encaminhar-se esta para uma maior inserção nos meios pobres, abandonando a suntuosidade de suas casas. Processo que continua até hoje, protagonizado pela Conferência Latino-Americana de Religiosos (Clar) e pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB).

Medellín pode ser também considerado berço eclesial da teologia da libertação (TdL), seja porque confirmou o método *ver-julgar-agir* ao trabalhar com ele todos os seus documentos, seja por ter assumido a teoria da dependência, uma das matrizes semânticas da TdL, seja por ter feito a opção preferencial pelo povo, pelo pobre, a inspiração fundamental de tal teologia.

Medellín simbólico

O Medellín histórico tornou-se bandeira, símbolo. Nasce o Medellín simbólico, que pertence já ao imaginário social e religioso não só da Igreja Católica, mas de cristãos e cidadãos do continente, que se sintonizam com ele. O Medellín simbólico constrói-se a partir dos elementos mais significativos do Medellín histórico e começa a fazer caminhada luminosa já há duas décadas. Por ocasiões

O que ficou de Medellín

Educação

“Medellín afirma que a tarefa da educação não consiste propriamente em incorporar os homens às estruturas culturais que podem ser opressoras. O enfoque é de uma educação libertadora. Ela é mais profunda e mais ampla.”
(Frei Vital Wilderlinck)

“Considero de grande importância a contribuição do documento sobre a educação, introduzindo o conceito de educação libertadora: é a educação que torna o educando como sujeito do seu próprio desenvolvimento. Relevo notar que foi o documento mais teológico, pois relacionou esta característica com o mistério da Ressurreição.”
(D. Cândido Padim, bispo de Bauru, SP)

Ecumenismo

“Sei que em muitos ambientes católicos e evangélicos, se lamenta um retrocesso na caminhada ecumênica. Mesmo assim, os contatos entre as várias confissões cristãs são mais freqüentes e profundos do que antes de Medellín.”
(Frei Vital Wilderlinck)

Frutos de Medellín

“Creio que, em todos os países latino-americanos, houve boa aceitação por parte da maioria das Igrejas; houve indecisões e perplexidades por parte de outras, e rejeições também. Como, porém, Medellín apresentava o esboço de um projeto concreto de transformação, aos poucos prevaleceu uma aceitação generalizada. Hoje, Medellín está incorporada à fisionomia da Igreja latino-americana.”
(D. José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, PB)

(Estas declarações fazem parte do levantamento “Medellín — 20 anos depois”, realizado pelo padre José Oscar Beozzo, da Cehila-Brasil, junto aos membros da delegação brasileira à 2ª Conferência do Episcopado Latino-Americano)

de Puebla, travou-se verdadeiro duelo simbólico a fim de configurar a imagem dominante de Medellín. Apesar do ardor da refrega, firmou-se o Medellín simbólico da opção pelos pobres, do compromisso de libertação.

Ele atravessa a Igreja em todos os segmentos e estamentos. No universo institucional hierárquico, é apelo à contínua conversão de lugares geográficos e sociais ricos para o povo pobre e a claro posicionamento nas lutas populares. No nível dos agentes intermédios, Medellín simbólico incentiva uma pedagogia de escuta, de caminhada com o povo, em oposição a autoritarismos de direita e de esquerda. No nível popular, Medellín significa esperança de que a libertação está mais próxima, ao ser anunciado por uma Igreja que se empenha em sua concretização e que mobiliza outros setores da sociedade nesta direção.

Enfim, Medellín simbólico continua sendo verdadeiro divisor de águas entre

uma Igreja que nasce do povo pela força do Espírito, que se deixa construir ministerialmente por esse povo pobre, que lhe privilegia os interesses, que busca uma presença popular no nível de deliberação e decisão, e uma Igreja ainda presa a estruturas verticais, pouco sensível aos reclamos populares, preocupada em demasia com seus interesses corporativos.

É tanto mais importante re-cordar — colocar no coração — reviver o Medellín histórico e reforçar o Medellín simbólico, quanto maiores são os riscos e as tentativas atuais de uma “volta à grande disciplina”. O Medellín simbólico necessita ser continuamente refontizado pelo Medellín histórico, para que não se perca sua força crítica libertadora.

João Batista Libânio, jesuíta, é um dos mais destacados teólogos da libertação. Autor, entre outros, de *As grandes rupturas sócio-culturais e eclesiais* e *Evangelização e libertação* (Vozes).

Protestantismo e política nos anos 60

No início da década de 60, os protestantes introduziram um novo elemento na reflexão teológica: a responsabilidade social dos cristãos. Uma série de iniciativas no âmbito latino-americano colocou às Igrejas a necessidade de responder aos anseios de liberdade e justiça dos povos do continente.

José Bittencourt Filho

Em 1968, na cidade de Medellín, quando os prelados católicos faziam sua tríplice opção — pelos jovens, pelos pobres e pelas comunidades eclesiais de base —, certamente não sabiam que lhes cabia, então, portar o bastão, como numa corrida de revezamento (certame histórico para a Igreja latino-americana), cujas etapas iniciais haviam sido percorridas pelos protestantes.

Tendo como pano de fundo a década anterior (guerra fria, revolução cubana, fim do ciclo populista, desenvolvimentismo), nos anos 60 os povos latino-americanos se viram diante da nova estratégia do capitalismo internacional que implicava no ascenso dos regimes de segurança nacional, que usam o Brasil como experiência-piloto.

Desde logo, o Conselho Mundial de Igrejas introduziu em sua pauta a preocupação pela responsabilidade social dos cristãos. No Brasil, esse estímulo teve como resposta a criação do Setor de Estudos e Responsabilidade Social da Igreja (Confederação Evangélica do Brasil), corroborado pelo trabalho do missionário Richard Shaull, que introduziu a preocupação com a dimensão teológica do processo revolucionário. Seu trabalho iria estender-se por toda a década, na qualidade de secretário de Estudos do Isal (Igreja e Sociedade na América Latina).

Arquivo Anivaldo Padilha



Compromisso político

Em 1961, surge a Junta Latino-Americana de Igreja e Sociedade, cujo propósito, entre outros, era o de superar o assistencialismo como expressão maior da ação social dos cristãos, implantando novas formas de ação e serviço capazes de contribuir efetivamente para a renovação integral dos países do continente. Pode-se afirmar, portanto, que a intenção subjacente era comprometer os evangélicos

ja e Sociedade. O Conselho Mundial de Igrejas, por seu turno, realiza uma conferência mundial sobre o mesmo tema (Genebra, 1966). Nela, motivados pelo lema "Os cristãos na revolução técnica e social do nosso tempo", o Conselho leva as igrejas do Terceiro Mundo a confrontarem profeticamente as estruturas eclesiais instaladas no Primeiro. A partir dessa conferência, apelidada de "Medellín protestante", o Conselho passa a estabelecer diretrizes e prioridades que

Douglas Mansur



...na história dos homens.



Protestantes: opção social que aprofunda o sentido da ação de Deus...

com a problemática sócio-política.

Em 1962, os esforços dos evangélicos progressistas alocados na Confederação vão ser coroados de êxito com a realização da Conferência do Nordeste, que ostentava o tema "Cristo e o processo revolucionário brasileiro". Esse grupo passa a ter as ações cerceadas principalmente após o golpe de 1964, e vai rearticular-se no movimento ecumênico a nível continental. Ainda entre os anos 60 e 63, realizam-se duas conferências evangélicas (Celas) que faziam parte não só de um empreendimento de unidade visível dos evangélicos, como nelas é possível discernir uma crescente consciência política por força da própria dinâmica social.

Confronto profético

Enquanto se desfere o golpe contra a democracia brasileira, que se torna modelo para outros países, encerra-se o Concílio Vaticano 2º, que não só insere definitivamente a Igreja Romana na modernidade, como estabelece os estatutos da eclesialidade e legitimidade teológica para seus quadros leigos e clericais politicamente comprometidos. Enquanto isso, os protestantes ecumênicos convocam a terceira consulta latino-americana de Igreja

até hoje informam seus programas.

Levando-se em conta a especificidade e a relativa autonomia das instituições e práticas religiosas no âmbito supra-estrutural da sociedade, deve-se dar destaque ao fato de que a preocupação política traduz-se no questionamento acerca do sentido que adquire a ação de Deus no mundo e na história, em particular nos contornos culturais e geográficos da América Latina, onde — para usar o jargão teológico — as Igrejas têm sido chamadas a dar testemunho do Evangelho do Reino.

As minorias abraâmicas

No período compreendido entre 69 e 73, realizou-se a Terceira Conferência Evangélica Latino-Americana e a última consulta de Igreja e Sociedade, promovida pelo Isal, antes que a repressão externa e os problemas internos dessem cabo da organização. O clima político no Cone Sul era de certa euforia por parte das esquerdas em face das possibilidades que se descortinavam com a implantação pacífica do socialismo no Chile. Neste país realiza-se o histórico encontro dos "Cristãos pelo socialismo", do qual os protestantes participam, e que se identifica co-

mo um conclave de cristãos que, a partir do processo de libertação que estariam vivendo os povos latino-americanos, assumem um compromisso concreto na construção de uma sociedade socialista.

A queda de Salvador Allende e a escalada dos regimes de segurança nacional aparentemente vão erradicar as pretensões libertárias de quaisquer matizes. No entanto, muitas vezes sob grandes perigos e numa certa clandestinidade, os protestantes permanecem na luta e vale destacar o papel estratégico que o Conselho Mundial de Igrejas passa a desenvolver no tocante aos direitos humanos.

Evidentemente falamos até aqui das parcelas minoritárias do protestantismo de nossas latitudes, que, em ritmos diferenciados, comprometeram-se com a luta política e lograram realizar a síntese entre fé e vida.

Essas minorias comprometidas com a transformação das estruturas sociais representam um fenômeno da maior importância para a vida das igrejas da América Latina, se consideradas as condições concretas do cristianismo convencional em nossas paragens.

Esses grupos, dispersos por todo o continente, redefiniram o sentido da unidade dos cristãos e contemplaram a práxis como critério decisivo. Sua existência e seu trabalho representaram um fato novo na história do continente e um fator da mais alta relevância ecumênica, razão pela qual certas instituições eclesiais e seculares desejam sonegar sua memória.

José Bittencourt Filho é pastor da Igreja Presbiteriana Unida e integrante da equipe do Programa de Assessoria à Pastoral Protestante do CEDI.

IECLB

Participação e integração

A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) completa vinte anos de fundação oficial e reafirma seu compromisso com a verdade e a justiça.

Silvio Schneider

A IECLB é uma igreja originária da Reforma Protestante de 1517, e como tantas outras não-católicas romanas, minoritária no país. Constituída historicamente de imigrantes alemães e de seus descendentes, viveu mais de um século uma existência de gueto. A abertura para a participação na realidade brasileira dá-se logo após a 2ª Guerra Mundial, quando em 1946 os quatro sínodos (na verdade, quatro igrejas distintas vinculadas a igrejas territoriais alemãs) se unem na fundação de um Centro de Formação Teológica (a Faculdade de Teologia, em São Leopoldo) para prover

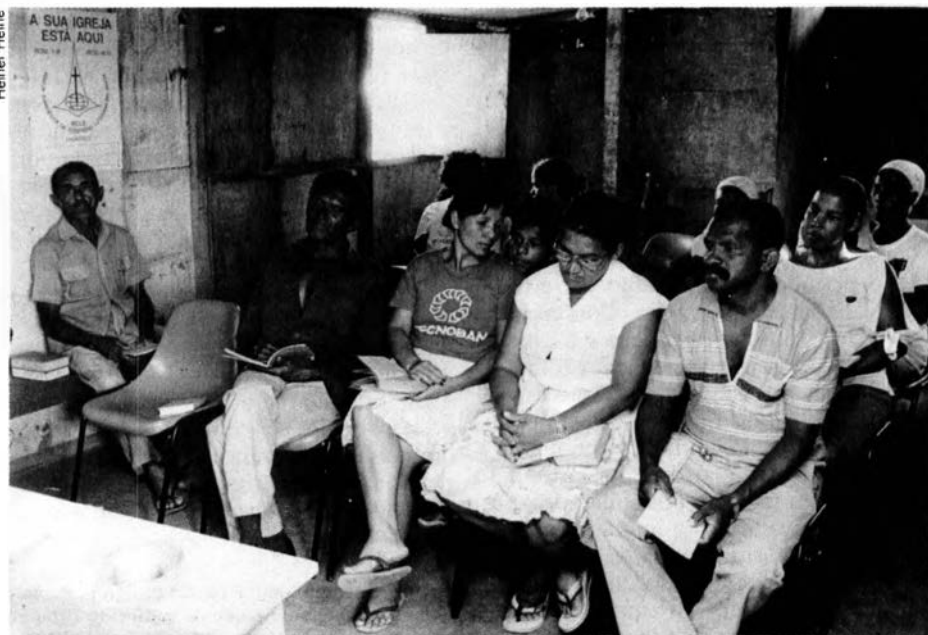
as comunidades com pastores brasileiros, além de desencadear um processo de fusão dos mesmos numa só igreja. Em 1949, representantes destes sínodos se encontram pela primeira vez em concílio geral, e a caminhada de unidade culmina em 1968, no 6º Concílio Geral, quando se vota uma comum Constituição e regimento interno. Estes passaram a reger a vida institucional e administrativa das comunidades, paróquias, distritos e regiões eclesiais que formam a IECLB. Começa, então, uma crescente participação em assuntos de relevância nacional, sob a ótica de uma teologia ela-

borada no Brasil. A IECLB se encontra nesse processo, e a cada passo se define um perfil mais claro de igreja brasileira.

A chegada dos imigrantes

Em 7 de setembro de 1822 o imperador Pedro 1º declarava a independência política do Brasil. A sociedade brasileira, composta de senhores e escravos, era marcada por profundos contrastes sociais. Independência e liberdade eram conceitos que diziam respeito apenas aos senhores e aos poderosos. Com a independência, não foi alterada a estrutura da sociedade. O produto do trabalho dos escravos não mais era remetido a Portugal, e sim permanecia nos cofres dos senhores. Assim, a independência do Brasil ainda não significava a da maioria dos brasileiros.

Havia necessidade de aumentar o número de consumidores no país recém-independente. Para tanto, o governo imperial abriu as fronteiras para imigrantes europeus, especialmente alemães e italianos — artesãos e pequenos agricultores em sua maioria. Não sem importância também foi a intenção de branqueamento da sociedade brasileira, visto que a maioria da população brasileira era negra, mestiça ou índia. Em 1824, começam a chegar os primeiros imigrantes alemães, e com eles os evangélicos, iniciando a história da IECLB. A 3 de maio de 1824 estabelece-se a primeira leva de alemães em Nova Friburgo (RJ), constituindo uma comunidade evangélica. Mas foi em São Leopoldo (RS), às margens do rio dos Sinos, que aportou a maioria dos evangélicos alemães. Traziam em sua ba-



Heiner Heine

gagem a Bíblia, o hinário, o catecismo menor de Lutero e o livro de orações. Em 1847, surge o primeiro núcleo de evangélicos em Santa Catarina, na localidade de Santa Isabel, a 60 km de Florianópolis. Três anos mais tarde fundou-se a comunidade de Blumenau (SC), a primeira com pároco próprio. A outra concentração de evangélicos localizou-se no Espírito Santo, a partir de 1846. Hoje cerca de 3% dos capixabas são luteranos.

A Constituição do Império, de 1824, garantia a liberdade de religião aos imigrantes, mas com restrições. A religião estatal era a católica-romana. Os evangélicos não podiam pregar publicamente a sua fé. Seus templos não podiam ter torres ou sinos. Os casamentos eram considerados ilegítimos e os filhos naturais. Sem apoio do governo imperial, jogados na mata do novo mundo, os imigrantes fecharam-se em si e deram pouca importância à atividade política. Tiveram, isto sim, a preocupação de proporcionar a educação aos seus filhos. Onde se assentavam, comunidade de fé e escola estiveram presentes. Assim nasceu a esco-



Trabalho com menores de rua em São Paulo (SP).

parada do Estado. Os evangélicos passaram a ter plena liberdade de religião. Com o passar do tempo também surgiu a necessidade de as comunidades agruparem-se em sinodos. Em 1886, nasceu o sínodo riograndense, em São Leopoldo. Em 1888, aparece o primeiro boletim

de e é comunidade.

3) Relações com a "Igreja-Mãe" da Alemanha.

4) Dependência teológica e administrativa da Alemanha.

5) Tinham a mesma base confessional: a Bíblia, os credos da Igreja antiga e da reforma, principalmente o catecismo menor de Lutero e a Confissão de Augsburgo.

Os sinodos recebiam pastores diretamente da Alemanha. A necessidade de formação teológica no Brasil inicia em 1921, com o Instituto Pré-teológico, em Cachoeira do Sul (RS). A nível acadêmico, entretanto, os pastores seguiam sendo formados na Alemanha.

Os períodos mais difíceis para os sinodos foram as duas guerras mundiais, quando se romperam as relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha. As comunidades deixaram de receber pastores e auxílios do exterior. As crises nos períodos das duas guerras fizeram com que as comunidades assumissem maior responsabilidade por suas atividades no Brasil.

Em 1946, após a 2ª Guerra Mundial, surge a Faculdade de Teologia, em São Leopoldo. A necessidade de publicar obras teológicas e materiais didáticos para as comunidades colabora para o surgimento de um centro de impressos, que, no início de 1950, passa a ser a Editora Sinodal.

Em 1949, começa o surgimento de uma igreja nacional, através da criação de uma federação sinodal, que, em 1954, adota o nome de Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. O processo de fusão dos sinodos numa só igreja culmina em 1968, no 6º Concílio Geral realizado em São Paulo (SP), quando é votada por unanimidade sua constituição e regimento interno. A IECLB se subdivide em cinco regiões e quarenta distritos eclesiásticos, os quais englobam 1.500 comunidades. Tem 460 pastores, 32 pasto-



1913, Rio Grande do Sul: escola evangélica e igreja.

la comunitária evangélica. Antes da 2ª Guerra Mundial, 413 colégios evangélicos estavam integrados à rede. Com a nacionalização, durante a guerra, muitas dessas escolas foram fechadas. Hoje a rede ainda conta com 123 educandários. As comunidades eram atendidas por leigos, e não por pastores. Estes passaram a vir mais tarde. Prevaleciam as fortes ligações com as igrejas alemãs de origem. Não havia um centro de formação teológica no Brasil.

A caminho de uma igreja brasileira

Quando em 1889 foi proclamada a República, a Igreja Católica Romana foi se-

mensal, chamado *Folha Dominical*, um dos precursores do hoje *Jornal Evangélico*. Em 1888, comemoramos cem anos de jornalismo evangélico no Brasil. Em outubro de 1905, surgiu o sínodo evangélico luterano de Santa Catarina, Paraná e outros estados. Em agosto de 1911, nasce o sínodo evangélico de Santa Catarina, e em junho de 1912, no Rio de Janeiro, foi constituído o sínodo das comunidades evangélicas alemãs do Brasil Central. Estes sinodos viriam a formar a IECLB.

Os sinodos tinham as seguintes características comuns:

1) Forte participação das comunidades.

2) Nítida tendência congregacional (e não episcopal). Igreja nasce na comunida-



1968, São Paulo: Concílio Geral aprova constituição da IECLB.

ras, 62 irmãs diaconisas, 153 catequistas e 73 obreiros diaconais. Conta com cerca de 800 mil fiéis, conforme estimativa do censo realizado em 1987/88 e ainda não concluído.

Até a sua constituição de direito, em 1968, a IECLB ocupou-se muito consigo mesma. O passado de suas comunidades a caracterizava como uma igreja de gueto.

Integração da IECLB na realidade brasileira

Em outubro de 1970, no 7º Concílio Geral, é aprovado o "Manifesto de Curitiba", onde pela primeira vez a IECLB toma posição crítica diante da realidade

brasileira. Diz o manifesto que "a igreja não pode condicionar o seu testemunho público aos interesses de ideologias políticas momentaneamente em evidência, ou a grupos e facções que aspiram ou mantêm o poder". Acrescenta ainda "que nem situações excepcionais podem justificar práticas que violam os direitos humanos". Em 1976, publica o documento "Nossa responsabilidade social", orientando as comunidades para uma maior participação no combate às causas da injustiça social no Brasil. Em 1978, a IECLB se manifesta em favor da anistia ampla a políticos perseguidos pela ditadura militar, apelando em favor da "reconciliação da comunidade brasileira".

Prioridades

No final da década de 70, a IECLB passa a adotar prioridades, tentando congregar as comunidades a uma ação conjunta em torno dos seguintes assuntos: unidade na pluralidade, evangelização, questão indígena, reforma agrária e contribuição proporcional. Também adota temas anuais, destacando-se os de 1982, "Terra de Deus, terra para todos", de 1985, "Educação: compromisso com a verdade e a vida", e de 1986, "Por Jesus Cristo, paz com justiça". Os biênios 87/88 são dedicados à ação missionária das comunidades, sob o tema "...E se-reis minhas testemunhas". Para o biênio 89/90 a IECLB escolheu o tema "O pão nosso de cada dia", através do qual pretende reforçar sua participação na busca de soluções dos problemas que afligem a maioria do povo brasileiro, correspondendo assim à evangélica vocação de servir.

Esta vocação remete a IECLB à *ecumene*, onde junto com os demais cristãos participa do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), do Conselho Latino-Americano de Igrejas (Clai), e, em nível mundial, do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), da Federação Luterana Mundial (FLM). Esta celebrará em 1990, em Curitiba, a sua 8ª Assembléia Geral, reunindo representantes de 104 igrejas luteranas de todo o mundo, sob o tema "Ouví o clamor do meu povo".

Unidade e reflexão teológica

Ao final, dois aspectos se destacam nesta avaliação sobre a IECLB. O primeiro ressalta no aspecto histórico o desejo das comunidades de buscar a unidade. As comunidades permanecem o núcleo central da Igreja, as células que formam o corpo. A história das comunidades é decisiva para a Igreja como um todo. A hostilidade religiosa sentida por mais de um século e a existência de gueto étnico e cultural, são fatores que ajudaram no isolamento das comunidades, dando-lhes um perfil fechado e não-participativo. Os imigrantes que vieram ao Brasil não deixavam de ser "sobras" do próprio país de origem. Ainda assim, há necessidade de ver o seu papel num contexto social e político mais amplo, ou seja, o seu relacionamento com os grupos sociais e étnicos já existentes no país, como os indígenas, os negros e outros que constituíam a maioria do povo, mas eram social e economicamente marginalizados. Neste aspecto ainda há muito por fazer em termos de conscientizar e rever a história à luz do Evangelho, para corrigir e, assim, contribuir mais decisivamente na formação de uma sociedade mais justa e participativa para todos.

Em segundo lugar, há que ressaltar a contribuição que a Faculdade de Teologia da IECLB tem dado à própria Igreja e ao universo ecumênico brasileiro e internacional. A busca constante por uma reflexão e articulação do Evangelho de Jesus Cristo com vistas à transformação da realidade sofrida do povo brasileiro, para que experimente algo da promessa bíblica de "novos céus e nova terra em que a injustiça deixa de existir" é um fato que nos alegra.

Assim, a IECLB se encontra em meio a um processo. Queira o Senhor da Igreja que possa corresponder sempre mais às exigências que o próprio evangelho impõe aos cristãos brasileiros.

Silvio Schneider é pastor e secretário de Comunicação da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB). Pesquisa realizada pelo jornalista Edelberto Behs, do SID-IECLB.



Diaconisa visita família na cidade-satélite de Ceilândia, no Distrito Federal.

Uma das marcas mais trágicas de 68 na América Latina foi o massacre de Tlateloco, no México. Os anos 60 tiveram as guerrilhas, algumas persistentes até hoje, como as da Colômbia e Guatemala. Uma pelo menos afinal vitoriosa em 1979, a da Nicarágua. Mas a matança de estudantes numa praça da capital mexicana, mostrando mais uma vez o caráter brutal do sistema de poder vigente no México desde 1929, passou à história como talvez o ato latino-americano que mais se “aproximou” das manifestações que varriam os países europeus.

As guerrilhas, inspiradas na revolução cubana, tinham a sua proximidade com os movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo. Tlateloco, como o Quartier Latin, em Paris, representou acima de tudo uma explosão jovem contra poderes envelhecidos. Curioso é que o responsável direto pela violenta repressão, o na época ministro do governo, Luis Etcheverría, foi depois quem, como presidente, conduziu os primeiros ensaios de abertura no México.

Tlateloco resultou em algo. O martírio não foi totalmente em vão. Além dessa matança de jovens, extraordinariamente documentada pela jornalista italiana Oriana Fallaci, muita coisa graúda aconteceu na América Latina na mesma época, não só em 68, mas com as marcas de transformações profundas de “novos tempos”. Como a reunião em Medellín, Colômbia, também em 68, da Conferência Episcopal Latino-Americana (Celam), quando a Igreja do continente adotou a “opção preferencial pelos pobres”.

Medellín significou a quebra do tripé (oligarquias, Forças Armadas e a Igreja como instituição) no qual se apoiava o exercício tradicional do poder no continente. A Colômbia, onde se deu a reunião, era até considerada um estado teocrático. Mas mesmo na Colômbia um padre, Camilo Torres, de ascendência aristocrática, membro de uma das famílias reinantes, acabou entrando para a guerrilha, desesperado com as situações de injustiça e opressão que não tinha como enfrentar apenas com a palavra de Deus.

Foi uma época de sonhos. De utopias. E também de aventuras. O movimento guerrilheiro rural — esse é um dado importante — começou a desfazer-se por volta de 68, entre desastres, brigas internas e admissões de aventureirismo, na medida em que as ações militares eram impotentes diante de forças armadas com mais preparo e mais poder de fogo. E

De Tlateloco à Nicarágua

Newton Carlos

O massacre de centenas de estudantes numa praça da capital mexicana, em 1968, marcou a explosão de uma geração de jovens contra o poder envelhecido das oligarquias. A vitória sandinista na Nicarágua, onze anos depois de Tlateloco, e a atual luta pela soberania da América Latina cristalizam os sentimentos de uma época.

Jesus Carlos



não conseguiam apoio popular significativo. Houve a tragédia pessoal de Che Guevara, na Bolívia, onde ele esperava instalar um centro de irradiação da guerrilha para o sul do continente. A Bolívia é um país mediterrâneo, com muitas fronteiras, na cabeça de Guevara uma metralhadora giratória.

O primeiro e grande movimento guerrilheiro do sul, o da Venezuela, teve a sua sentença final de morte nas eleições de 68. Seus comandantes disseram que impediriam à bala a realização das eleições. Nunca foi tanto o comparecimento às urnas na Venezuela. Começaram as deserções e as brigas. Cuba tirou o corpo fora. Foi o início da retração cubana. De-

pois de isolada “institucionalmente” do continente — rompimento coletivo de relações diplomáticas decidido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) — e de ficar sob cerco dos Estados Unidos, Cuba pensou que movimentos guerrilheiros, que enfraquecessem governos, seriam espécies de apólices de seguro para sua revolução ameaçada.

Engano, com trágicas consequências. Até a constatação de uso duvidoso de recursos. Guevara passou à história não como grande transformador, mas com a imagem de um revolucionário romântico, atrás de utopias mais próximas dos jovens rebeldes de 68 do que de guerrilheiros que se perderam na “militarização”



de sua forma de luta e na repetição de velhas máximas ideológicas. O povo ficou de fora. Continuaram guerrilhas “residuais” na Colômbia, hoje uma das peças da enorme máquina de matar que acaba com o país, e América Central, alentadas nos anos 80 pelo triunfo dos sandinistas na Nicarágua.

Guerra fria

Mas o que aconteceu na Nicarágua talvez seja mais produto de transformações com a marca de 68 do que os movimentos guerrilheiros dos anos 60. A agonia desses movimentos coincidiu com o golpe militar “de esquerda” no Peru, em 68. Mesmo militares, depois de se “conscientizarem” na luta contra a guerrilha, concluíam que a “segurança” dependia muito mais de justiça social do que de baionetas. Uma revolução cultural em quartéis antes quase totalmente impenetráveis a idéias de transformação da sociedade. Mais golpes no tripé. O Centro de Altos Estudos Militares (Caem), do Peru, tinha sido invadido por economistas, sociólogos e até filósofos.

A partir do que aconteceu no Peru em 68, Cuba começou a conseguir o que não havia conseguido com as guerrilhas: voltar a ter presença no continente. Apesar da vigência da resolução da OEA, as relações foram sendo restabelecidas. Articulava-se um “estado de consciência”, a tal marca de 68, sobre a realidade latino-americana. O “perigo comunista”, subproduto da guerrilha fria entre superpoderes com interesses próprios, que não são necessariamente os nossos, passou a ser “relativizado”. A América Latina precisava também defender-se de agressões econômicas. A crise dos foguetes de 62, com a afirmação indiscutível do poder norte-americano, acabara de vez com a fantasia da possibilidade de um ataque militar aos Estados Unidos, a partir de países latino-americanos.

A guerra fria devia sair da agenda da América Latina. O continente percebia isso e no final dos anos 60, depois de alguns episódios marcantes, já agia com desenvoltura em função disso. A invasão da República Dominicana em 65, por tropas dos Estados Unidos, provocou algumas dissidências de peso. Só o Brasil, entre os grandes, aceitou ajudar os norte-americanos com o envio de soldados. Foi derrotado na OEA, por ampla maioria, o projeto de criação de um “exército interamericano” que desse cobertura ao intervencionismo dos Estados Unidos.

Em 1969, os países da América Latina se reuniram em Viña del Mar, estância chilena. Pela primeira vez, a totalidade desses países assinou uma declaração de confronto com os Estados Unidos. O “Consenso de Viña del Mar” tratava das relações injustas entre Estados Unidos e América Latina. O presidente norte-americano, na época recém-eleito, Richard Nixon, quase se recusou a receber o ex-ministro do Exterior do Chile, Gabriel Valdez, encarregado de entregar o documento a ele. A eleição de Nixon resultou em fortes contra-ataques. E em tragédias.

Adversário perigoso

Em 69, ano do “consenso”, um ano depois de Tlateloco e do golpe no Peru, veio à América Latina a missão Rockefeller. E outro fato inédito: as recomendações feitas a Nixon pela missão incluíam “observações” sobre o comportamento “cada vez mais radical” da Igreja, antes um aliado de confiança absoluta. Era preciso reforçar os “mecanismos de segurança”, sem esquecer da Igreja. Rockefeller foi mal recebido, passou por momentos difíceis, sequer conseguiu permissão para ir ao Chile, onde o governo democrata-cristão de Eduardo Frei se preparava para enfrentar em eleição esquerdas em maré montante, mas a missão produziu efeitos de alerta dentro dos Estados Unidos.

Golpes no Chile e no Uruguai em 73. Na Argentina em 76. Os “estados de segurança nacional”, ou “estados-soldado”, se espalhavam. Fim do “populismo militar” na Bolívia e Peru. Não foram golpes dados pelos Estados Unidos. Sectarismos de esquerda minaram a presidência de Allende, no Chile, o “socialismo a chilena”. Na Bolívia a fantasia de um “estado operário”, sob a regência de um general, naufragou em infantilismos. No Peru os militares não conseguiram livrar-se da velha mentalidade autoritária e acabaram caindo numa ditadura pura e simples. E, o que é pior, cor-

rupta. Na Argentina o banditismo peronista abriu caminho ao golpe, executado sem que a população manifestasse qualquer reação.

Mas todo esse processo de demolição contou com o interesse e a ajuda dos Estados Unidos. A participação da CIA na tragédia chilena ficou comprovada em investigação do Congresso norte-americano. Documentação publicada há pouco nos Estados Unidos revela que Henry Kissinger, secretário de Estado dos governos republicanos dos anos 70, deu “sinal verde” para que a ditadura argentina se lançasse numa matança cuja amplitude e grau de crueldade está registrada para a história no livro “Nunca mais”, preparado pela comissão argentina encarregada de levantar a questão.

Alternativa soberana

Como contraponto, aconteceu a revolução na Nicarágua, com o seu significado próprio, ligado ao “estado de consciência” que a América Latina começou a assumir nos anos 60. Não foi um triunfo guerrilheiro, no sentido clássico. O que houve na Nicarágua foi uma insurreição nacional, com a participação importante de católicos com o “espírito” de Medellín, contra uma ditadura odiada por todo o mundo. Sem essa insurreição, apoiada inclusive por empresários lesados pela ditadura, a guerrilha estaria até hoje em seus focos. O caráter insurrecional da última etapa da luta contra Somoza, que encontrou nos guerrilheiros há muito tempo em ação a sua condução “natural”, foi ainda alentado por sentimentos antiimperialistas fortes no país, também pelo fato de que a imagem da ditadura foi sempre a de “criatura” dos Estados Unidos.

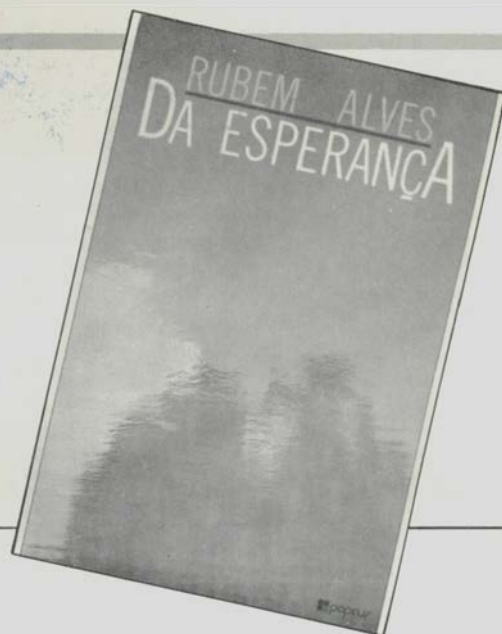
É muito difícil para os sandinistas, por tudo isso, consolidar um monopólio do poder, como o fez Fidel Castro em Cuba. Bem ou mal, permanecem em cena forças “não sandinistas” que impulsionaram a insurreição. Com a eleição e reeleição de Ronald Reagan nos Estados Unidos, repetiram-se os contra-ataques. Mas a crise centro-americana, em boa parte produto da doutrina Reagan, resultou talvez no primeiro ato de “cristalização” de sentimentos com a marca de 68. A criação do grupo de Contadora representa afinal um esforço de execução, em nível de governos, do projeto de fazer com que a América Latina cuide, ela própria, de seus problemas, sem intervencionismos. A guerra na América Central é, no momento, o mais trágico desses problemas.

Newton Carlos é articulista da *Folha de S. Paulo*.

Teologia e esperança

DA ESPERANÇA

Rubem Alves, Papyrus, Campinas, 1987, 231 pp., 14x20,8 cm., traduzido do inglês por João Francisco Duarte Jr.



Julio de Santa Ana

Finalmente! Depois de vinte anos de sua publicação em inglês chega ao público de língua portuguesa este livro do mais importante teólogo evangélico brasileiro. Já era hora! Traduzido em vários idiomas (do original em inglês para o castelhano, o alemão, o francês e outros), apenas no fim do ano passado foi colocado em mãos dos que se interessam por teologia no Brasil. Desse modo se preenche um vazio sentido durante duas décadas.

Quando esse tipo de coisa acontece no campo da literatura teológica corre-se um risco muito grande. O impacto que algumas obras causam no momento de sua primeira edição muito frequentemente perde-se quando o contexto em que elas foram escritas deixa de ser e já não tem mais vigência. Vê-se então que, não obstante sua importância ao serem lançadas ao público pela primeira vez, essas obras tiveram sobretudo uma autoridade que emanava do contexto em que foram escritas. Trata-se, portanto, de trabalhos cuja substância é conjuntural. Na realidade, a maior parte dos *best-sellers* das ciências humanas e da teologia possuem este caráter.

Tendo em conta esta realidade, é necessário muita coragem para enfrentar a prova do tempo. Mantém-se ou não a atração de um escrito para os seus leitores quando volta a ser publicado vinte anos mais tarde? Volto a ler este livro de Rubem Alves com o mesmo prazer que experimentei quando o devorei intelectualmente em fins dos anos 60. E, o que foi ainda mais importante para mim, sentindo que não podia parar de ler até que chegasse ao final de suas 224 páginas. Deixando de lado referências que foram importantes no momento de sua redação (Bultmann, Marcuse, Theobald, Wright, que estavam em voga quando Rubem Alves redigiu estas páginas) e

que agora não são obrigatórias como na época, o texto preserva uma atualidade essencial. Isso é o que define uma grande obra teológica. Foi a intuição que tivemos naqueles tempos e que agora fica plenamente confirmada.

Este livro inaugurou, junto com os trabalhos de Gustavo Gutiérrez, essa tendência de reflexão teológica que se conhece pelo nome de *teologia da libertação*. Uma explicitação do conteúdo da fé cristã que, em vez de partir de afirmações dogmáticas, faz as grandes perguntas teológicas a partir do contexto existencial em que se encontra a comunidade da fé. Em 1968, essa situação era o correspondente à participação no processo de libertação. Desde então, muita água passou debaixo da ponte, porém o empenho segue sendo o mesmo.

E, da mesma maneira que era necessário ter muita esperança para participar nesse gesto utópico que procurava dar à luz um novo amanhã, hoje também essa esperança é imprescindível. Creio que hoje é muito mais imperioso estar arraigado na esperança do que naquele período há vinte anos atrás! Por isso, faz bem,

muito bem, ler este texto de Rubem Alves. Sobretudo quando nos indica a necessidade da convergência de esforços entre o *messianismo humanista* e o *humanismo messiânico*, abrindo-nos os olhos para compreender que não se tem esperança porque se sofre, e sim que se tem sofrimento — em termos cristãos: carrega-se a cruz — porque se põe em prática e se dá substância à esperança, negando um presente caracterizado pela opressão e, desse modo, marchando na procura de poder plasmar um novo amanhã no futuro. Ou seja, engravidando a história com aquilo que faz realmente humana a vida das pessoas.

Para maior gozo do leitor em português, esta versão conta com maravilhoso prólogo. Nele, Rubem Alves maduro se supera a si mesmo. É expressão de uma força digna da juventude vivida.

Julio de Santa Ana é teólogo metodista e diretor do Centro Ecumênico de Serviço à Evangelização e Educação Popular (Cesep). É autor de, entre outros, *Pão, vinho e amizade* (Cedi), *Ecumenismo e libertação* (Vozes).

Lançamentos

LUTA PELA TERRA E REINO DE DEUS

Silvio Meincke, Sinodal, São Leopoldo, 1988, 152 pp., 13x18cm

Como relacionar e distinguir a esperança por terra e a esperança cristã no Reino de Deus? Partindo de histórias/estórias, o autor procura desvendar alguns aspectos dessa relação.

FREI BETTO — SINAL DE CONTRADIÇÃO

Afonso Borges Filho, Espaço e Tempo, Rio de Janeiro, 1988, 110 pp., 13,5x20,5cm.

Política, luta armada, sexualidade e religião são alguns dos temas abordados por Frei Betto nessa entrevista que se transformou em livro.

